



João Bosco da Silva Junior

Planejamento Urbano e Segregação
Socioespacial e Ambiental em
Bom Jesus da Lapa-Ba



João Bosco da Silva Junior

Planejamento Urbano e Segregação
Socioespacial e Ambiental em
Bom Jesus da Lapa-Ba

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P712 Planejamento urbano e segregação socioespacial e ambiental em Bom Jesus da Lapa-BA [recurso eletrônico] / João Bosco da Silva Junior. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-949-3

DOI 10.22533/at.ed.493202401

1. Planejamento urbano – Bom Jesus da Lapa (BA). 2. Sociologia urbana. 3. Urbanização – Bom Jesus da Lapa (BA). I. Silva Junior, João Bosco da.

CDD 307.760981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Dedicatória

A minha amada mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me manter erguido e possibilitar contribuir humildemente para um mundo melhor.

Em especial, a minha amada Mãe, que sempre me estimulou para os estudos, apoiando nos avanços necessários.

Ao meu amado Pai, pela contribuição com o seu conhecimento empírico e literário a respeito do rio São Francisco.

Agradeço aos meus quatro amados filhos, Bruna Minelly, João Bosco Neto, Ana Beatriz e Dante Sidarta, minha amada esposa, Júlia, pela paciência e tolerância nos diversos momentos de ausência. A minhas irmãs pelo apoio e consideração de sempre.

Aos meus primos queridos, em especial, Matheus, Cleuber e Léo pelo apoio nos momentos decisivos.

Ao meu Orientador Paulo Baqueiro, pela oportunidade, apoio, orientação e, principalmente, por ser Humano e entender que a vida de um pesquisador vai muito além da academia.

Ao Professor e primeiro Orientador Roberto Portela, grande amigo que contribuiu com os meus primeiros passos no mestrado.

Ao Professor e Co-orientador Prudente, grande amigo, que sempre contribuiu com o meu aprendizado, por meio do seu conhecimento técnico e experiência de vida.

À Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) na pessoa do querido amigo Luiz Geraldo pela presteza e boa vontade em permitir o acesso ao abundante acervo dessa instituição, enriquecendo sobremaneira as informações que permitiram a discussão desse trabalho.

À Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), nos nomes da Professora Ana Mapeli e do Servidor Danilo, sempre prestativos a servir.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que me oportunizou condições financeiras para a realização desse trabalho.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para a consolidação desse trabalho, meu muito obrigado!

Qualquer pessoa que tenha experiência
com o trabalho científico sabe que aqueles
que se recusam a ir além dos fatos raramente
chegam aos fatos em si.
(Thomas Huxley)

PREFÁCIO

O livro *Planejamento urbano e segregação socioespacial e ambiental em Bom Jesus da Lapa (BA)*, de autoria de João Bosco da Silva Junior, é resultado de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Oeste da Bahia, sob a minha orientação. Na sua abordagem, o autor nos brinda com um exame bastante profícuo do processo de urbanização de Bom Jesus da Lapa, a partir do caso do bairro Beira-Rio.

Com uma linguagem objetiva, mas carregada pelo olhar intimista de um militante lapense da causa ambiental, a obra versa sobre os conflitos entre as formas de uso e ocupação do espaço urbano e as contradições da (não) aplicação de normas urbanísticas e ambientais em uma localidade onde predomina a precariedade no habitar. Como hipótese precípua, Bosco defende que a municipalidade, por sua inércia e negligência quanto à aplicação dos instrumentos de planejamento urbano na localidade objeto da análise, seja o principal agente das implicações socioambientais observáveis no bairro Beira-Rio.

Para conduzir a pesquisa, o autor realizou, antes de tudo, uma profunda revisão de literatura sobre temas caros à sua análise, como planejamento urbano, segregação socioespacial e ambiental, além de uma abordagem sobre o planejamento na perspectiva da convivência entre rio – considerando que Bom Jesus da Lapa é uma cidade ribeirinha do Rio São Francisco – e sociedade urbana, o que culmina na proposição de um novo olhar sobre a temática, a partir da aplicação dos instrumentos existentes nos planos de bacias hidrográficas em interface com aqueles preconizados nos planos diretores urbanos.

Vale destacar, ainda, o esforço empreendido na realização de uma análise da formação territorial de Bom Jesus da Lapa em paralelo com o processo de criação dos diversos instrumentos de planejamento urbano e ambiental relativos àquele município, à região e à bacia hidrográfica nas quais a unidade político-administrativa se insere, enfatizando, também, o surgimento da lagoa e do bairro Beira-Rio, o objeto de análise do seu estudo.

A obra é coroada com um estudo empírico extremamente criterioso, levado a cabo a partir, principalmente, da metodologia de análise de conteúdo dos instrumentos de planejamento urbano e ambiental e do exame de produções cartográficas, imagens de satélite e fotografias aéreas – na escala da cidade e do bairro – que permitiram traçar um quadro bastante elucidativo das condições de segregação socioespacial e ambiental às quais a população do Beira-Rio está submetida.

A obra que ora tenho o prazer de apresentar neste prefácio é, enfim, uma leitura instigante para especialistas em temas relacionados ao planejamento urbano e ambiental, para estudantes de Geografia, Urbanismo, Ciências Sociais, Biologia, Direito, História, dentre outras áreas, bem como para curiosos sobre os (des) caminhos da urbanização brasileira.

Paulo Roberto Baqueiro Brandão

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT.....	2
INTRODUÇÃO	3
REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 MARCOS HISTÓRICOS DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL: “DO IMPÉRIO A NOVA REPÚBLICA”	
2.2 SEGRAGAÇÃO SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
2.3 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INEXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARA OS RIOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS URBANAS	
2.4 UM NOVO MARCO CONCEITUAL: O PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA	
2.5 AS CONEXÕES DE SABERES ENTRE O PLANO DIRETOR URBANO E O PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA: INTERFACE E IMPRESCINDIBILIDADE	
2.6 O PLANEJAMENTO NA REGIÃO OESTE DA BAHIA	
2.7 O CASO DE BOM JESUS DA LAPA, SEUS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO E A CONVIVÊNCIA COM O RIO SÃO FRANCISCO	
MATERIAL E MÉTODOS.....	40
3.1 MATERIAL	
3.2 MÉTODO	
RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
SOBRE O AUTOR	80

PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL EM BOM JESUS DA LAPA-BA

O estudo sobre a história do planejamento urbano no Brasil irremediavelmente leva a uma conclusão desastrosa sobre a existência de políticas públicas omissas ou insuficientes e um descompromisso com as questões socioespacial e ambiental. Mesmo quando existentes instrumentos de planejamento, a não aplicação eficaz dos mesmos desencadeia uma série de ocupações irregulares, principalmente em cidades ribeirinhas, promovendo um elevado grau de segregação socioespacial, com significativos impactos ambientais negativos. A compreensão das alterações na configuração socioespacial e ambiental das atuais formas de segregação em Bom Jesus da Lapa - Bahia, em especial no bairro Beira Rio, no contexto do planejamento urbano previsto no PDU, constitui o objetivo principal dos estudos desenvolvidos. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre a história da cidade em voga, bem como um esforço de análise compreensiva dos instrumentos que foram instituídos no município com o intuito de promover o desenvolvimento urbano planejado, desde 1974 até 2010, a partir de um conjunto de dados que permitem a observação das estruturas sociais e demográficas, bem como imagens de satélite da área de estudo que remetem a 1984, demonstrando a ocupação urbana, o surgimento da lagoa Beira Rio e os impactos ambientais advindos do adensamento populacional no entorno da lagoa, com intervalos de tempo até 2016. As transformações apontam para o aprofundamento do processo de segregação socioespacial e ambiental do Bairro Beira Rio e sua lagoa, promovidos pela omissão, ineficiência e desatualização do planejamento urbano, transformando-o num espaço extremamente segregador, marginalizando pessoas e provocando a destruição do meio ambiente natural e artificial. Registre-se a percepção de um contexto bastante dúbio, haja vista que as leis existentes e que deveriam regular os instrumentos de planejamento são descumpridas e desconsideradas pelo poder público, provocando efeito contrário ao previsto, de forma que se pode afirmar que o planejamento não executado se torna um determinante instrumento de segregação.

PALAVRAS-CHAVE: uso e ocupação; planejamento urbano; plano diretor urbano; plano de bacia; rio São Francisco.

URBAN PLANNING AND SOCIO-SPATIAL AND ENVIRONMENTAL SEGREGATION IN BOM JESUS DA LAPA, BAHIA

The study of the history of urban planning in Brazil inevitably leads to a disastrous conclusion about the existence of public policies that are lacking or insufficient and a lack of commitment to socio-spatial and environmental issues. Even when planning instruments are in place, their effective non-application triggers a series of irregular occupations, especially in riverside cities, promoting a high degree of socio-spatial segregation, with significant negative environmental impact. The understanding of the changes in the socio-spatial and environmental configuration of the current forms of segregation in Bom Jesus da Lapa - Bahia, especially in the Beira Rio neighborhood, in the context of urban planning foreseen in the *PDU*, is the main objective of the developed studies. To this end, a thorough bibliographical research was carried out on the history of the aforementioned city, as well as an effort to comprehensively analyze the instruments that were instituted in the city with the purpose of promoting the planned urban development, from 1974 to 2010, from a set of data that allows the observation of social and demographic structures, as well as satellite images of the studied area that refer to 1984, demonstrating the urban occupation, the appearance of the Beira Rio lagoon and the environmental impacts resulting from an increase in the population density around the lagoon, with time intervals up to 2016. The transformations point to the deepening of the socio-spatial and environmental segregation process of the Beira Rio neighborhood and its lagoon, promoted by the omission, inefficiency and outdated urban planning, transforming it into an extremely segregating space, marginalizing people and causing the destruction of the natural and artificial environment. There is a perception of a rather dubious context, since the existing laws that should regulate the planning instruments are disregarded by the Public powers, causing an effect opposite to the predicted, so that it can be affirmed that non executed planning becomes a key instrument of segregation.

KEYWORDS: use and occupation; urban planning; Urban director plan; Basin plan; São Francisco river.

A crise e o colapso das grandes cidades tem sido uma das marcas do final do século XX e começo do século XXI. Poluição, déficit habitacional, impactos ambientais irreversíveis, congestionamentos nos sistemas de transportes, violência urbana e, fundamentalmente, enormes desigualdades sociais têm caracterizado as metrópoles de todo o mundo e, particularmente, dos países da América Latina. No Brasil, ao fim do último século, mais de 80% da população vivia nas cidades, com expressiva concentração nas regiões metropolitanas. Simultaneamente, mudanças profundas no sistema produtivo capitalista têm estado em curso, desde o último quarto do século passado, com grandes impactos sobre o sistema urbano. Destacam-se os avanços da eletrônica e das telecomunicações, o crescimento dos serviços financeiros e das corporações transnacionais, as mudanças nos processos produtivos industriais, a precarização das relações de trabalho e uma mobilidade dos fluxos de capital em uma velocidade nunca vista antes.

Os impactos dessas mudanças na organização socioespacial das metrópoles têm sido objeto de debates, com diferentes posições acerca das transformações em curso e suas tendências. A realização de estudos de caso sobre as cidades brasileiras tem grande relevância neste cenário, e pode contribuir para as análises sobre o futuro das nossas cidades e para a definição de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades sociais e os processos de segregação urbana.

De acordo com Andrade e Serra (1998), o advento das economias de aglomeração nas cidades médias já pôde ser percebido desde o final dos anos 80. No intervalo compreendido entre os anos de 1969 a 1975, houve uma relação positiva entre a produtividade média da mão de obra e o tamanho médio das cidades, cuja produtividade superou a das regiões metropolitanas. Ainda nesse intervalo, as cidades médias apresentaram um crescimento superior a 60% de seu excedente, se tornando, portanto, mais dinâmicas do que as regiões metropolitanas. Tal fato permite inferir que o crescimento, sem planejamento ou sem a efetivação das ações previstas nos instrumentos de planejamento urbano, nas cidades de pequeno e médio porte irá provocar os mesmos impactos que, conseqüentemente, levarão, nessas cidades, ao mesmo colapso já observado em metrópoles.

Diante do exposto, considera-se pertinente e necessária a realização de uma pesquisa que avalie as contribuições trazidas pelos instrumentos de planejamento

urbano, assim como pelo atual Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa no que se refere às diretrizes que definem as formas de convivência com o rio São Francisco, com o entorno da lagoa Beira Rio e a sua real aplicabilidade.

As informações aqui apresentadas permitirão o aprofundamento da compreensão desses processos e tem como objeto de estudo os instrumentos de planejamento urbano da cidade, acarretando nas atuais formas de segregação socioespacial e ambiental em Bom Jesus da Lapa na Bahia, a segregação entendida como materialização da hierarquia social, sob a ótica da mobilidade residencial, entendida como forma de luta pela apropriação dos recursos urbanos, especialmente em áreas irregularmente ocupadas. A análise está associada a este fator de segregação que foi promovido pelos instrumentos de planejamento urbano.

A hipótese defendida é a de que não há efetivação ou consolidação na prática desses referidos instrumentos na estruturação socioespacial e ambiental do bairro Beira Rio, muito pelo contrário: houve um aprofundamento do colapso em estruturas sociais e ambientais de um bairro marginalizado no contexto da criminalidade e quanto a sua localização nas margens do rio São Francisco. A partir da análise de documentos e estudos desenvolvidos relativos à década de setenta até os dias atuais, observa-se que ainda que tenha havido maior complexidade da estrutura socioespacial, houve também negligência do poder público quanto à ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, assim como tentativas sucessivas de urbanização.

Na tentativa de confirmar a ideia inicial, esse trabalho busca analisar os instrumentos de planejamento urbano e o atual Plano Diretor Urbano do Município de Bom Jesus da Lapa, avaliando sua efetividade no bairro Beira Rio, localizado às margens do rio São Francisco. Para tanto, buscar-se-á identificar e avaliar a aplicabilidade das políticas públicas existentes nos referidos instrumentos que visem a inclusão do bairro Beira Rio no planejamento urbano do município; identificar e avaliar a aplicabilidade das políticas públicas existentes no Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa, que visem a preservação do rio São Francisco; identificar e avaliar as ações previstas e executadas referentes ao rio São Francisco e ao bairro Beira Rio nos quatro instrumentos de planejamento urbano que precederam o atual Plano Diretor Urbano do município e propor ações de convivência entre os agentes e suas práticas na relação com o rio.

Não há, entretanto, como compreender os processos específicos de uma região, sem considerar as suas particularidades históricas e, para tanto, esse trabalho traz uma profunda revisão da ocupação urbana no município de Bom Jesus da Lapa, suas aptidões e suas influências geográficas, religiosas e políticas, constituindo um conjunto de dados que permite a observação das estruturas sociais e demográficas, bem como o movimento e a distribuição da população na área objeto de estudo.

Nesse quesito, cabe ressaltar o fundamental papel da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) enquanto órgão responsável pelo desenvolvimento do Vale do São Francisco e fomentador de

estudos utilizados para o planejamento urbano de Bom Jesus da Lapa.

A exposição da análise foi organizada em sete itens principais no referencial teórico e os documentos propostos foram analisados na discussão do trabalho, ao final do qual foram apresentadas as considerações finais e propostas para as soluções dos problemas encontrados.

Partindo desse princípio, o primeiro item da fundamentação teórica ora apresentada busca um entendimento sobre os marcos históricos dos instrumentos de planejamento urbano no Brasil, do império a nova república, contribuindo para um aprofundamento em questões que darão maior desdobramento a essa pesquisa.

Do final do século XIX aos anos de 1960, foram estabelecidos dois viés para a utilização dos instrumentos de planejamento urbano: o primeiro tem início nos planos de melhoramentos que evoluem para o conjunto da área urbana, incluindo aglomerações, e que já na década de 1970 passam a ser denominados de planos diretores de desenvolvimento integrado; o segundo tem origem no movimento modernista e no Brasil ganha visibilidade com a construção de Brasília (LEME, 1998).

Independente da denominação desses instrumentos de planejamento urbano, o que chama a atenção e preocupa ao mesmo tempo é o resultado provocado pelas ações visando o planejamento urbano: o efeito foi justamente o contrário e, intencionalmente ou não, a segregação socioespacial e ambiental se tornou consequência das políticas públicas executadas localmente, acarretando em ocupações irregulares que sofreram grandes impactos de ordem social e ambiental e ocasionando problemas de difíceis soluções, principalmente quando não há vontade política.

O segundo item aborda a segregação socioespacial e ambiental, um assunto controverso, pois pode, ao mesmo tempo, ser consequência imprevista de uma gestão desastrosa, como também ser uma ação intencional provocada pelos instrumentos de planejamento urbano utilizados pelo poder público "competente".

Na visão de Torres et al. (2003, p. 99-100), a pobreza, de um modo geral, tem um componente espacial que pode ser caracterizado com um processo de segregação, diretamente associado ao poder do Estado em sua produção, ou seja, a pobreza urbana não é só uma questão de índice, mas também de "concentração espacial e social, envolvendo desigualdade, separação e homogeneidade espacial. Esse problema também está ligado às políticas públicas, que deveriam ser criadas para melhorar a situação dessas pessoas".

O item seguinte traz uma análise crítica sobre a inexistência de planejamento para os rios e bacias hidrográficas, considerando que a área objeto de estudo se localiza as margens do rio São Francisco, promovendo a necessidade de estreitar o conhecimento sobre um novo marco conceitual: o plano de bacia hidrográfica, que é abordado no quarto item da revisão.

Segundo Almeida e Carvalho (2007), um dos grandes problemas a se resolver na relação entre o rio e a cidade é a situação de uso e ocupação irregular e desordenada

da faixa marginal dos rios, tendo em vista que estes possuem dinâmicas peculiares nas suas bacias de drenagem e quando essas dinâmicas são negligenciadas, o risco à vida humana e os impactos causados ao meio ambiente se tornam uma consequência.

Seguindo essa linha de raciocínio, segue-se para a apresentação de uma conexão de saberes, envolvendo divergências de interesses e planejamentos na interface local e regional, representados nesse estudo pelo plano diretor urbano e o plano de bacia hidrográfica, respectivamente, envolvendo toda interdisciplinaridade que é inerente a pesquisa em voga.

Segundo Peres e Silva (2010), os Planos Diretores Municipais carecem de maior articulação com os Planos de Bacia Hidrográfica, pois somente dessa forma é possível definir as aptidões de uma bacia hidrográfica, tendo conseqüentemente um norteamento da gestão territorial. Mesmo com a complexidade de se tratar de instituições diferentes (Comitês de Bacias e Prefeituras) e com atribuições e competências distintas, é factível a utilização de instrumentos e políticas mais integradas.

Para melhor conhecimento do município objeto de análise, em seguida, no sexto item abordado, considera-se fundamental realizar uma leitura do desenvolvimento na região Oeste da Bahia, com suas características e fatores de planejamento determinantes, que impulsionaram sua expansão com sustentabilidade duvidosa.

A ocupação do Oeste da Bahia tem registro no século XVI, porém, foi a partir do século XIX que a região deu início a um lento processo de desenvolvimento econômico, tendo como pilar a navegação fluvial em rotas traçadas pelos rios São Francisco, Grande, Corrente e o Rio Preto (CAR, 1997).

Finalmente, o capítulo 7 contextualiza a região objeto do estudo, o município de Bom Jesus da Lapa, com seus instrumentos de planejamento urbano e a inevitável convivência com o rio São Francisco, apresentando um breve relato de seu surgimento e ocupação histórica e o desenvolvimento do espaço urbano.

O município objeto de estudo teve o seu espaço urbano projetado no entorno do Santuário do Bom Jesus, contrariando a tendência do crescimento das cidades ribeirinhas, que naturalmente se estabelecem em volta do rio, devido a grande importância dos seus recursos, cabendo ao fluxo periódico dos romeiros determinar a dinâmica urbana (CASTRO, 2005).

Porém, como se trata de uma cidade ribeirinha, a presença do rio afeta direta ou indiretamente o desenvolvimento do município e, portanto, a análise permeará dados encontrados sobre o referido rio e outros cursos d'água identificados no município, culminando na análise criteriosa dos instrumentos de planejamento urbano utilizados no município e identificados na pesquisa, obtendo desdobramento na investigação sobre a conseqüente segregação socioespacial e ambiental do bairro Beira Rio e do entorno da sua lagoa.

Após o aprofundamento necessário no conhecimento sobre a dinâmica do

desenvolvimento do município, nos resultados e discussões é realizada uma análise de conteúdo de cinco instrumentos de planejamento urbano propostos e implementados para o município desde o ano de 1974 até o momento. São eles: o Anteprojeto para extinção da favela de Bom Jesus da Lapa, o Plano de urbanização de Nova Brasília e Vietnã, o Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Bom Jesus da Lapa, o Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa e o atual Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa, aprovado em 2010 e vigente até a data da pesquisa.

No intuito de melhor esclarecer a forma como esses instrumentos determinaram o processo de organização espacial no bairro Beira Rio, as informações obtidas foram confrontadas imagens de satélites em escalas periódicas desde o ano de 1984 até 2016, além de registros fotográficos realizados pelo autor em fevereiro de 2017 e de dados cartográficos dos anexos pertinentes ao atual Plano Diretor Urbano, permitindo uma avaliação crítica de como os instrumentos analisados foram e ainda são diretamente responsáveis pela segregação socioespacial e ambiental da área estudada.

As constatações produzidas por esse longo processo de estudo e avaliação são apresentadas nas considerações finais, onde também são propostas ações que podem vir a reduzir os impactos causados pela ocupação desordenada e a segregação do bairro, bem como melhorar a convivência entre os agentes e suas práticas na relação com o rio.

2.1 Marcos históricos dos instrumentos de planejamento urbano no Brasil: “do império a nova república”

Este capítulo trata da revisão de leitura de temas com grande relevância para uma melhor compreensão da pesquisa que será apresentada em outro capítulo mais adiante. Para o bom entendimento desse trabalho é necessário que se faça uma abordagem histórica e conceitual sobre temas como: planejamento urbano, agenda 21, estatuto da cidade, plano diretor, plano de bacia hidrográfica, inexistência de planejamento para os rios urbanos, entre outros. A importância desses temas para essa pesquisa está intrinsecamente ligada a investigação documental dos instrumentos de planejamento urbano da cidade, assim como a análise das imagens de satélite do perímetro urbano do bairro Beira Rio e de sua lagoa, cuja ausência de planejamento urbano e a conseqüente segregação socioespacial e ambiental se apresentam de forma muito nítida na cidade de Bom Jesus da Lapa.

Em busca de informações e fatos que contribuam para uma melhor fundamentação desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto a partir do primeiro marco regulatório constitucional do Brasil, que remonta ao século XIX.

Cabe salientar que a carência de planejamento urbano não é mérito exclusivo de Bom Jesus da Lapa, mas uma característica que remonta ao início do desenvolvimento e expansão urbana em nosso país, pois embora o urbanismo seja uma prática antiga, por muito o desconhecemos devido à sua ausência em nosso passado colonial.

Na América Espanhola, os colonizadores fundaram cidades já se utilizando de uma legislação urbanística minuciosa. Já as nossas cidades se desenvolveram sem planejamento, ao acaso de cada construção isolada:

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim...

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da

paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra "desleixo" (HOLANDA, 1976 *apud* OSELLO, 1983).

Com a vigência da Constituição de 1824, entrou em vigor o arcabouço institucional do novo Estado, de forma liberal e de conteúdo elitista agrário, resguardando o direito de propriedade em toda sua plenitude, excluindo, no entanto, os direitos políticos das classes trabalhadoras, no claro intuito de assegurar o controle sobre as decisões de cunho importante na época, em favor da classe dominante que tinha interesse especial nas aquisições de novas propriedades. Foi um grande passo do Império na demarcação de poder, dando início a uma tentativa de planejamento na expansão territorial (CSABA E SCHIFFER, 2004).

No Brasil do século XIX, a terra era concedida pelo Império ou simplesmente ocupada. Os municípios utilizavam o rocío, terras em que se construía as casas e pequenos espaços de produção, sem custo. Dessa forma, a terra ainda não tinha uma avaliação comercial. Porém, tais formas de apropriação já promoviam a hegemonia de uma classe social privilegiada. Com a vigência da Lei das Terras, de setembro de 1850, deu-se início à implantação da propriedade privada no solo brasileiro. A terra urbana se tornou mercadoria nas mãos dos que detinham "cartas de sesmaria" ou provas de ocupação "pacífica e sem contestação" e da própria Coroa, oficialmente proprietária de todo o território ainda não ocupado. Sendo assim, essas terras eram vendidas por meio de leilões e para adquirir uma propriedade, a partir de então, era necessário pagar por ela (FERREIRA, 2005).

Para Ferreira (1997) *apud* Maricato (1997), entre 1822 e 1850, nas décadas anteriores à aprovação da Lei das Terras, houve a consolidação de fato do latifúndio brasileiro, por meio da ampla e indiscriminada ocupação das terras e a inconsequente expulsão dos pequenos posseiros pelos grandes proprietários de terras, ficando o Estado como responsável pelo estabelecimento de normas, por conta da indefinição em impor regras, em virtude das disputas entre os próprios detentores do poder.

Com o fim do regime imperial, em 1889, ocorreram algumas mudanças fundamentais nas relações entre as unidades federativas e o governo central: além da descentralização política e fiscal, os estados emergentes se tornaram mais poderosos, por meio do controle das terras que pertenciam ao Império, autonomia sobre as reservas minerais, direito de criar taxas de exportação e o poder de tomar empréstimos no exterior. Com tudo isso, os estados obtiveram uma notável arrecadação, o que levou, entre outras coisas, a assumir a responsabilidade pelo planejamento do desenvolvimento, partindo na busca de soluções para novos desafios nas cidades (SCHMIDT, 1981).

Entretanto, foi a partir de 1930, na "Era Vargas", que durou até 1945, que o Estado passou a intervir diretamente na promoção da industrialização, por meio de subsídios à indústria de bens de capital, do petróleo, do aço, à construção de

rodovias, entre outros, o que levou a uma migração crescente do meio rural para áreas urbanas, notadamente entre as décadas de 1950 e 1960, elevando o déficit habitacional para a massa operária a níveis que o mercado não suportava mais, ou simplesmente, não tinha interesse em enfrentar tal desafio (FERREIRA, 2005).

Por outro lado, o período Vargas ficou lembrado por criar políticas habitacionais públicas, reconhecendo (por meio de pressões ou não) que o mercado privado não daria conta de atender à demanda crescente por moradia e que o Estado assumiria tal função, embora tenha percebido algum tempo depois que não haveria condições de atender toda demanda sem a participação da iniciativa privada (FERREIRA, 2005).

Segundo Abreu (2002), o final da década de 1960 representa um marco temporal importante na história do pensamento sobre as cidades, devido, principalmente, a uma incapacidade de dar conta das transformações provocadas na época por diversos movimentos (ecológicos, feministas, de afirmação da cidadania e movimentos reivindicatórios diversos). Tais transformações atingiram as estruturas sociais do mundo capitalista, especialmente as cidades, desnudaram a fragilidade das concepções teóricas que as sustentavam e passaram a exigir um novo esforço de compreensão, ou seja, as cidades precisavam ser repensadas.

Ainda segundo Abreu (1994), no início da década de 1970 surgiram novas proposições teóricas sobre as cidades, destacando-se, entre elas, duas grandes contribuições: a primeira foi resultado de uma crítica interna da teoria econômica neoclássica, onde se afirmava que não havia mais mercado espontâneo por conta do desenvolvimento de diversas estruturas monopolísticas. A consequência disso é que o mercado privado perdia sua eficiência, gerando ainda mais consequências negativas, surgindo mecanismos perversos de distribuição de recursos nas áreas urbanas, promovendo não somente injustiças sociais, como também os mais diversos movimentos de contestação. Sugeriu-se, para a resolução do impasse, uma maior presença do Estado na economia urbana, garantindo o funcionamento do mercado (via regulação), viabilizando também, quando necessário, o funcionamento de mecanismos de distribuição de renda (ABREU, 2002).

A segunda contribuição teórica teve origem nas revoltas urbanas na França em 1968 e fizeram com que os pensadores refletissem sobre a incapacidade das teorias vigentes, inclusive de explicar o que realmente havia acontecido. Da mesma forma que aconteceu com o pensamento liberal, era urgente a necessidade de repensar teoricamente as cidades (ABREU, 2002).

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o Brasil viveu um momento político de redemocratização, abrindo espaço para os debates e as reivindicações do povo, alicerçado nos movimentos sociais e na Igreja Católica, que contribuíram significativamente com as discussões sobre a reforma urbana. Assim, o poder público foi impelido a criar novas pautas e práticas de políticas voltadas para a regularização em massa de loteamentos irregulares e clandestinos, bem como intervenções

urbanísticas em favelas, buscando assegurar a moradia. Tais iniciativas atingiram diversas cidades brasileiras, motivadas pela tendência crescente da articulação dos movimentos populares que reivindicavam o direito à moradia ou seu reconhecimento, além da segurança da posse da terra e a melhoria das condições de vida por meio da implementação de programas de urbanização de favelas (CALDAS, 2009).

Nos tempos da Constituinte, foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que recuperou a proposta do solo criado, utilizado como instrumento de planejamento e de enfrentamento das desigualdades sociais nas cidades. Essa experiência vivida em algumas cidades brasileiras teve como fonte para o financiamento a arrecadação da venda de solo criada pelas Prefeituras utilizada na melhoria das condições habitacionais das camadas populares, tais como: políticas de acesso à terra, construção pública de moradias populares e urbanização de favelas. Com isso, buscou-se orientar o controle no uso do solo, utilizando-o como instrumento de redistribuição dos custos e benefícios da urbanização realizada (RIBEIRO e CARDOSO, 1992).

Conforme relata Cardoso (2003, p. 30), na época a proposta final do movimento – Emenda Popular pela Reforma Urbana – foi baseada nos seguintes princípios gerais:

1. Obrigação do Estado de assegurar os direitos urbanos a todos os cidadãos: princípio fundamental que caracteriza a emenda. Uma série de novos direitos foram definidos para garantir acesso à moradia, à infraestrutura e a serviços urbanos, todos subordinados ao direito a condições de vida urbana digna e à justiça social, ao qual ficaria submetido, inclusive, o direito de propriedade.
2. Submissão da propriedade à sua função social: o objetivo principal desta formulação é estabelecer limites à hegemonia do direito de propriedade privado do uso do solo urbano. Parte do princípio de que o exercício desse instituto é um dos principais causadores dos mecanismos geradores de desigualdades sociais na produção e na estruturação do espaço urbano, pressupondo o estabelecimento de instrumentos que fortaleçam a regulação pública do uso do solo, de modo que a prática privada e a pública daquele direito não prejudiquem o interesse coletivo.
3. Direito à cidade: este princípio almeja um modelo mais igualitário de vida urbana dentro de uma visão de cidade como produto histórico e fruto do trabalho coletivo. Pressupõe a adoção de uma política redistributiva que inverta prioridades relativas aos investimentos públicos e se traduz na garantia de acesso de toda a população aos benefícios da urbanização.
4. Gestão democrática da cidade: princípio que significa a ampliação do direito de cidadania por meio da institucionalização da participação direta da sociedade nos processos de gestão, como forma complementar à democracia representativa. A concretização deste princípio se traduziria na proposição de leis e nos processos de elaboração e implementação de políticas urbanas, dando ênfase à representação das entidades comunitárias.

maneira de formular a questão urbana no cenário político nacional. A implementação desses princípios foi garantida pela proposição de diversos instrumentos jurídicos e tributários, bem como de diretrizes gerais para as políticas de moradia, transportes e serviços públicos, garantindo, sobretudo, a participação popular na gestão da cidade (CARDOSO, 1997).

Mediante a promulgação da Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo específico para tratar sobre a política urbana (Capítulo II, Título VII), estabelecendo como competência do poder público municipal a responsabilidade pela execução da política de desenvolvimento urbano, impõe-se aos municípios com mais de 20 mil habitantes a sua obrigatoriedade, criando-se assim um novo marco no arcabouço constitucional no que tange ao planejamento e ordenamento urbanos (BRASIL, 1988).

Poucos anos depois, foi realizada, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo como sede o Rio de Janeiro e intitulada de ECO-92. Nessa conferência, foi criado um programa de planejamento ambiental denominado Agenda 21, que previa um planejamento em cascata do nível global, para o nacional, estadual (regional), até o nível municipal (local), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, aliado à conservação e preservação ambiental (FLORIANO, 2004).

A Agenda 21 reconhece que o planejamento ambiental deve fornecer sistemas ambientalmente saudáveis, onde o desenvolvimento urbano seja efetivamente sustentável. Para tanto, a infraestrutura urbana deve contemplar a qualidade da água, do ar, serviços de drenagem e esgotamento sanitário, coleta e tratamento dos resíduos sólidos, bem como, de resíduos perigosos (MALHEIROS, ARLINDO, COUTINHO, 2008).

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Brasileira foi elaborada no período de 1996 a 2002, sendo o seu processo de construção coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), contando com a participação de 40 mil pessoas em todo território brasileiro e, na sua fase de implantação, em 2003, foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual (PPA 2004-2007). A Agenda 21 brasileira constitui um protocolo de intenções para o desenvolvimento sustentável, tendo como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, com a justiça social e o crescimento econômico. Todavia, as intenções contidas nesse documento foram abandonadas pelos gestores públicos, não havendo desdobramento das mesmas nem sua real efetivação.

Ao final dos anos de 1990 e 2000, no Brasil já havia uma aproximação da formalização de uma política urbana, inspirada à princípio na Constituição de 1988, sendo reforçada pela Agenda 21, e, finalmente, consolidada pelo Estatuto da Cidade em 2001, culminando essa trajetória na busca pelo planejamento urbano das cidades (ULTRAMARI, FIRMINO E SILVA, 2013).

A consolidação do principal instrumento de planejamento urbano se deu quando o Congresso Nacional aprovou e a Presidência da República sancionou a Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta os principais institutos jurídicos e políticos de planejamento urbano. O citado Estatuto mantém os princípios básicos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, incorporando o caráter municipalista, tendo o Plano Diretor como instrumento básico da política urbana, com ênfase na gestão democrática (CARVALHO, 2001).

As diretrizes gerais da administração do ambiente urbano foram formuladas no Estatuto da Cidade, que veio para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, frente aos reclames voltados ao interesse social, bem-estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental, estabelecendo normas gerais para a política de desenvolvimento urbano e fixando a responsabilidade a cargo de cada município brasileiro para efetivar esses objetivos de grande relevância e de acordo com as características locais, regulamentadas em seus respectivos Planos Diretores Urbanos - PDU (CARVALHO, 2001).

Destarte, o Estatuto da Cidade prezou pela divisão de competências entre os níveis de governo municipal, estadual e federal, cabendo à esfera municipal legislar sobre o planejamento e ordenamento urbano local. Isso significa que cada município cuida dos seus desafios urbanos, por meio dos poderes legislativo e executivo, cabendo ao mesmo à elaboração e execução do seu Plano Diretor (CARVALHO, 2001).

O planejamento urbano tem como seu principal aliado o Plano Diretor. Por meio deste instrumento normativo da política de desenvolvimento urbano é possível consolidar e consorciar o planejamento urbano de forma sustentável, visto que este utiliza diversas ferramentas para alcançar um nível satisfatório para o crescimento da cidade (SABOYA, 2007).

Segundo Saboya (2007), o Plano Diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos pactuados para o município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.

Para Villaça (1999), o Plano Diretor seria elaborado a partir de um diagnóstico científico da realidade física, econômica, social, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, contendo um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e a futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal.

O Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa, área foco da pesquisa, que está em vigência desde sua aprovação por meio de lei municipal em 2010, foi elaborado

com o intuito de planejar o crescimento e o desenvolvimento da cidade de forma sustentável, garantindo a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. Está previsto no referido Plano uma revisão a cada 5 (cinco) anos, bem como trechos relevantes, quanto a sua transparência e execução (BOM JESUS DA LAPA, 2010).

Nessa linha de raciocínio, Braga (1995) chama a atenção para três aspectos importantes do Plano Diretor: (a) característica política: segundo ele, o Plano Diretor deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar de especialistas, devendo ser evitado a todo custo o predomínio da participação do agente político; (b) transparência: considerado o mais importante, o principal objetivo do Plano Diretor é o de proporcionar transparência à política urbana, tornando públicas as diretrizes e prioridades do crescimento urbano para crítica e avaliação dos agentes sociais; (c) democratização: fundamental, pois garante a transparência necessária, tornando obrigatória a participação das entidades representativas da sociedade no processo de planejamento municipal.

Aliados aos instrumentos de planejamento urbano estão os princípios básicos da Gestão Ambiental Urbana, que, por sua vez, se baseiam nos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, mantendo desde a racionalização do uso do solo, da água e do ar, às questões de planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras e tendo como base a Educação Ambiental, disponibilizada a todos os níveis de ensino, inclusive as comunidades (FLORIANO, 2007).

A Gestão Ambiental Urbana tem um grande desafio para enfrentar devido ao avanço da urbanização sobre o meio natural, quando esse ocorre sem planejamento nem ordenamento nas ocupações. A implantação de loteamentos irregulares tem provocado degradação intensiva, inclusive em áreas de mananciais, conseqüentemente levando a uma segregação socioespacial e ambiental, onde os excluídos do “planejamento urbano”, passaram a viver as margens de todos os direitos básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988. É válido recordar que a competência para determinar o processo de uso e ocupação do solo urbano é do município e, portanto, esta deve ser uma questão prioritária na política de gestão ambiental municipal (BRAGA, 2001).

2.2 Segregação socioespacial e ambiental

A origem do termo segregação remonta à formação do *ghetto* de Veneza, onde os judeus foram alocados em uma ilha isolada por muros e portas, e se tornou um dos conceitos mais discutidos entre as ciências sociais (VASCONCELOS, CORRÊA e PINTAUDI, 2013). Etimologicamente, *segrego*, originada do latim remete à ideia de cercamento e passou a ser utilizada academicamente pelos sociólogos da Escola de Chicago, que estudaram a cidade em desenvolvimento a partir do fenômeno da imigração, um acontecimento até então inovador na escala mundial.

As mais diferentes formas de integração dos imigrantes, a segregação compulsória imposta às minorias e a reunião voluntária de variados grupos étnicos nas mesmas localidades convergiram para o surgimento de diferentes "áreas sociais", conceito posteriormente adotado por outras realidades e que, mais tarde, recebeu outros adjetivos, como no caso de "segregação socioespacial" (PARK e BURGESS, 1967).

Em seguida, de acordo com Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), esse conceito passou a ser utilizado também para evidenciar as desigualdades nas cidades, além das separações de atividades econômicas. Em Paris, o termo segregação adquiriu o sentido de demonstrar a desigualdade de acesso aos equipamentos coletivos e a exclusão da classe operária da cidade através de seu direcionamento para uma periferia menos equipada.

Milton Santos, em seus estudos sobre o espaço urbano, denota, por um lado, a existência de uma cidade econômica e uma cidade social no mesmo ambiente urbano, onde, cada vez mais, a primeira adquire primazia nas preocupações dos gestores em relação à seguinte (SANTOS, 1993). Por outra parte, o proeminente geógrafo, assevera que o valor do homem é dado pelo lugar que ele ocupa e que isso é definido por condições de renda e classe social (Idem, 2007). Aparecem aí elementos que fragmentam a cidade, levando ao extremo da segregação.

Torres et al. (2003) aborda de modo bastante completo a problemática da segregação socioespacial e, de acordo com referências acadêmicas, classifica as causas da segregação em três categorias distintas:

- *o mercado de trabalho e a estrutura social* – para essa literatura, a segregação urbana é uma consequência do mercado de trabalho, com características típicas da economia capitalista dos países em desenvolvimento, sendo não somente um problema na integração da sociedade industrial moderna do Brasil, mas decorrente das transformações pelas quais o mercado de trabalho vem passando ao longo do tempo.

- *a dinâmica do mercado imobiliário e da produção de moradias* – de acordo com essa linha de raciocínio, a estrutura urbana seria explicada em grande parte pelos incorporadores, que, através da especulação da terra desocupada, poderiam controlar as melhores localizações e lucrar com mudanças na utilização das propriedades e seu entorno. Além disso, o mercado imobiliário teria a capacidade de alocar grupos sociais e atividades econômicas utilizando-se de mecanismos microeconômicos de valorização da terra e, conseqüentemente, promovendo a segregação dos mais pobres.

- *políticas estatais* – essa corrente teórica enfatiza o poder regulador do Estado sobre o território de diversas maneiras. A primeira delas seria a manutenção de privilégios e exclusão de uma parte significativa da cidade dos benefícios da urbanização por meio da legislação sobre a construção civil e o uso do solo, como o zoneamento, que permite vários tipos de padrões de uso e de construção nas mais variadas áreas da cidade. O Estado também tem influência direta no aumento do valor da terra em certas partes da cidade pela realização de investimentos ou obras públicas capazes de expulsar alguns grupos sociais ou substituí-los por outros, além da ação direta pelo deslocamento compulsório de populações de baixa renda.

Conforme foi demonstrado, a segregação socioespacial e ambiental pode ser provocada por um planejamento urbano segregador, com o intuito de manter afastados os indesejados. Tal colocação ganha respaldo nas palavras de Lefèbvre (2008, p. 10), que afirma que “nesse processo, uma certa 'racionalidade' segregadora, invocada para ordenar o espaço, acaba ratificando a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes, ou mesmo ameaçadores, enfim, os esbulhados de sempre para as periferias desurbanizadas”.

Essa pesquisa está alinhada com a corrente acadêmica de que a segregação socioespacial e ambiental não ocorre pela inexistência do planejamento urbano, justamente ao contrário, o planejamento do jeito que está posto, apenas vem servindo como instrumento de implementação dessa segregação. Em referência ao que foi dito, Corrêa (2000, p. 60) afirma, que “a segregação socioespacial é um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano”. Observa-se que ao longo dos anos, o planejamento urbano não vem trazendo bons resultados de inclusão social, visto que o Plano Diretor Urbano deveria ser um instrumento que servisse para conter a referida segregação, mas a mesma vem ganhando grandes proporções e se intensificando.

Seguindo essa linha de investigação, Maricato (2010), chama a atenção para o fato de que uma lei ou um plano não constitui, em sua propriedade, soluções para problemas que são históricos e estruturais, até mesmo porque esses referidos instrumentos reforçam a orientação descentralizadora e autônoma do poder local, podendo-se afirmar que é na esfera municipal, por meio do Plano Diretor, que a lei poderá ser efetivada ou não, a depender dos interesses das forças políticas no município.

Esta discussão sobre o tema em tela repercute nos fatores socioespaciais e ambientais como os denominados “espaços vulneráveis”, que vêm sendo tratados nos Planos Diretores. Uma tendência natural tem sido criar as denominadas Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS e as Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIAS. Este zoneamento tem propiciado definir áreas periféricas que teriam que ser beneficiadas com todas as políticas públicas prioritárias. Essa delimitação conceitual remete a estes espaços, uma situação inédita de exclusão, pois do ponto de vista orçamentário, considerando que o município não tem recursos próprios para transformar a realidade, torna estas zonas reféns de políticas governamentais estaduais e federais e conseqüentemente, com essa percepção, o “tempo” é o fiel da balança para marginalizar estas denominadas zonas.

As ZEIS são um instrumento de política urbana e habitacional que surgiu na década de 1980. De acordo com o guia para regulamentação e implementação de ZEIS em vazios urbanos, elaborado pelo Ministério das Cidades em 2009, o principal objetivo é a inclusão da população de baixa renda no direito à cidade e à terra urbana contendo equipamentos e infraestrutura, considerando como critério a delimitação de áreas anteriormente ocupadas por assentamentos precários, como também a

delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à construção de novas habitações populares. Porém, para ser regulamentada de fato e direito, a ZEIS devem ser criadas por lei (Plano Diretor ou outra Lei Municipal), devido as interferências em possibilidades de aproveitamento do solo urbano, atingindo diferenciadamente as mais diversas áreas da cidade, com regras que se aplicam tanto aos terrenos públicos quanto particulares.

Quanto ao termo ZEIAS, o município de Bom Jesus da Lapa não adotou essa nomenclatura, optando pela Zona Parque do Rio São Francisco (PSF), que corresponde às zonas que se encontram vulneráveis aos rigores da natureza, sendo, portanto, inaptas a ocupação urbana, incluindo a planície de inundação do rio São Francisco, o Morro de Bom Jesus e os espaços verdes e espaços abertos.

Neste diapasão, se faz necessário realizar uma abordagem acerca do planejamento para as bacias hidrográficas em um viés a partir do qual se considere que para os municípios ribeirinhos, como o caso de Bom Jesus da Lapa, o próprio planejamento da bacia seja maior hierarquicamente do que o Plano Diretor, já que o mesmo deve estar obrigatoriamente contido no Plano de Bacias.

2.3 Análise crítica sobre a inexistência de planejamento para os rios e bacias hidrográficas urbanas

Entre os estudiosos da área, é notória a percepção de que os discursos sobre planejamento urbano não têm se convertido em prática excelente, visto que a urbanização no Brasil se deu, desde o primórdio, de forma desordenada, especialmente quando negligenciou a importância de um aspecto que levou ao surgimento de muitas cidades brasileiras - os cursos d'água. A prova dessa afirmação é a constatação de que as cidades que se desenvolveram em torno de rios e riachos, por exemplo, fizeram desaparecer do mapa esses cursos d'água (ou estão promovendo o seu desaparecimento), pois que desviaram seus leitos, canalizaram ou aterraram suas águas. Obras como pontes, viadutos e túneis são projetadas e executadas sem levar em consideração o planejamento ambiental, olvidando-se da necessária convivência com os rios, que afinal, foram a razão da existência de muitas cidades ribeirinhas (PORATH, 2004)

Ainda segundo o autor, a ausência de instrumentos do planejamento urbano com o olhar voltado para os cursos d'água está afetando não somente a paisagem das cidades, os tornando muitas vezes invisíveis aos olhos, mas também a qualidade de vida e o futuro das pessoas. A mata ciliar está sendo retirada e o solo impermeabilizado de uma maneira acelerada e desenfreada – devido à ocupação nas margens dos rios, ao lançamento sem tratamento dos esgotos nos cursos d'água, a compactação do solo e outros tantos exemplos - levando ao assoreamento, morte da fauna e da flora, erosões, enchentes e mudanças climáticas, entre outros e, mesmo com todos

esses dados alarmantes, não se vê ações planejadas direcionadas à convivência harmoniosa com os rios urbanos. Enfim, os rios estão sendo esquecidos, tratados como local de despejo de lixo e esgoto, se tornando cada dia mais sujos, poluídos e desvalorizados, passando a ideia equivocada de quanto menos ele é visto, melhor é para a imagem da cidade.

Conforme já foi dito por Tucci, Porto e Barros (1995), no Brasil, a falta de observância e cuidado com os cursos d'água tem acarretado graves problemas, especialmente na zona urbana, sendo as enchentes uma das principais consequências maléficas deste descuido. O autor pontua que um bom planejamento de drenagem pluvial resolveria grande parte desses problemas, todavia persiste uma filosofia equivocada dos projetos de engenharia, que consideram como "boa drenagem" aquela que permite de forma rápida o escoamento da água precipitada sobre o solo urbano, sendo que, em sua visão, a melhor drenagem seria aquela que escoas as águas pluviais sem gerar impactos no local, nem tampouco à jusante, valorizando o planejamento como o todo, desde a garantia de mobilidade nas vias públicas até a convivência harmônica e respeitosa com os cursos d'água.

Aliada à falta de drenagem, a Gestão Ambiental Urbana enfrenta também a dificuldade do aumento considerável e desordenado da população, que traz consigo a proliferação do crime, a pobreza urbana e a degradação ambiental, o que tem dificultado muito o trabalho dos planejadores urbanos (MOTTA et al., 1996).

Os autores, no entanto, afirmam que o maior desafio do planejamento urbano não é evitar a urbanização, mas administrá-la de modo que seja compatível com as metas de desenvolvimento sustentável. Alguns desafios já estão colocados por muitos estudiosos que geralmente concordam nos seguintes pontos (MOTTA et al., 1996, p. 6-7):

- A pobreza urbana e a degradação ambiental estão fortemente associadas de forma regressiva: pobres pagam mais por serviços ambientais e vivem com maior frequência nas áreas de risco com acesso mais difícil;
- A localização espacial fornece importantes oportunidades e obstáculos à gestão eficiente: o zoneamento adequado para implantação das indústrias concentradas em um só local poderá facilitar a execução a custos eficientes do controle da poluição; da mesma forma, um setor informal extremamente disperso poderá se tornar inadministrável;
- As cidades com alta renda financeira têm problemas diferentes daqueles das cidades de baixa renda: os problemas voltados para as cidades de baixa renda são desanimadores, ressaltando a falta de saneamento básico. Entretanto, as cidades com alta renda têm como alta prioridade a gestão dos resíduos e o controle da poluição do ar;
- A gestão ambiental é complexa e as instituições geralmente não são sincronizadas: a superposição de jurisdições e a impossibilidade de identificar o responsável debilitam os esforços de gestão;

- Os problemas urbanos muitas vezes têm impactos que se desdobram para além das áreas urbanas: na proporção que os centros urbanos retiram recursos das áreas adjacentes e depositam resíduos nas áreas “periurbanas”, causam impactos na qualidade ambiental local.

Estes pontos representam um resumo do crescente entendimento de que para consolidar a "sustentabilidade urbana" tão almejada, será necessária uma gestão que consiga realizar mudanças econômicas, sociais, ambientais e institucionais (MOTTA et al., 1996).

Segundo Tucci, Porto e Barros (1995), as consequências da falta de planejamento são sentidas em praticamente todas as cidades de médio e grande porte do país. Isso acontece porque, depois que o espaço urbano passa a ser ocupado sem planejamento e sem trabalho de prevenção, as soluções disponíveis (a remediação) se tornam extremamente caras e complexas de serem realizadas. Daí a necessidade de um trabalho antecipado e concreto pelos municípios, com ações que promovam a efetividade dos Planos, tanto o Diretor Urbano, quanto o da Bacia Hidrográfica Regional (1990).

Diante de toda essa problemática, conforme preceitua Braga e Carvalho (2004), é preciso pontuar que, para se atingir os interesses coletivos, ou seja, para promover uma vida digna para a população em um meio ambiente urbano equilibrado e de qualidade, é necessário realizar um trabalho envolvendo toda sociedade de forma democrática, priorizando um planejamento para a construção dos instrumentos a serem utilizados numa gestão urbana eficiente e voltada para execução de políticas públicas de ordenamento do solo, sempre de maneira transparente. Dessa forma, a gestão efetivamente alcança o objetivo almejado, ou seja, a melhoria na qualidade de vida das pessoas, sem agressão ao meio ambiente, ou, ao menos, com menor impacto ambiental possível.

Interagindo e dialogando com os diversos autores acima elencados, consideramos imprescindível neste estudo visitarmos o marco conceitual que carrega consigo a compreensão dos denominados planos de bacia, como uma forma de construção da teia argumentativa de conceitos necessários ao percurso da compreensão fenomenológica que envolve a percepção ambiental, espacial e principalmente social da pesquisa a que nos predispomos a fazer, tendo como eixo central o bairro Beira Rio e sua conectividade de saberes com a lagoa do mesmo bairro (hoje depósito de lixo oficial).

2.4 Um novo marco conceitual: o plano de bacia hidrográfica

Os Planos de Bacia são formados por diagnósticos, prognósticos, metas, estratégias, programas e projetos, contemplando os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. No quesito que trata do uso e ocupação do solo, os Planos de Bacia

indicam diretrizes aos Planos Diretores Municipais nas áreas de crescimento urbano, proteção dos mananciais, localização industrial, irrigação e saneamento (PERES e SILVA, 2010).

A bacia hidrográfica, também conhecida como rede hidrográfica, é uma unidade geofísica bem delimitada, de variadas dimensões conforme o ciclo hidrológico que o integra, desde a montante até a jusante, incluindo as águas subterrâneas (lençol freático). A bacia hidrográfica é composta por um conjunto de canais de escoamento de água, o que implica na quantidade de água que o rio principal recebe, dependendo também do tamanho da área ocupada pela rede e por processos naturais que envolvem: precipitação, evaporação, infiltração, escoamento, entre outros. Desse modo, a rede hidrográfica representa uma unidade natural influenciada pela região que drena, tornando-se um receptor das interferências naturais e antrópicas, diretamente influenciado pela situação da topografia, o estado de preservação da vegetação, o uso destinado ao solo e sua ocupação, entre outros. (CAZULA E MIRANDOLA, 2010).

Há pouco tempo a bacia hidrográfica passou a ser utilizada como unidade de planejamento, tendo em vista a percepção da obrigatória integração desse elemento no gerenciamento urbano, não sendo crível conceber desenvolvimento sustentável sem a necessária harmonização com os cursos d'água. Sendo assim, a bacia hidrográfica é uma unidade para se consolidar no estudo integrado do planejamento urbano, funcionando também como importante instrumento para o gerenciamento dos recursos naturais, tomadas de decisões políticas relevantes ao meio ambiente e à ética ambiental (TUNDISI, 2003).

Ainda quanto ao planejamento e ao gerenciamento numa bacia hidrográfica, registre-se que as necessidades para a implementação e execução de seus objetivos vão muito além das barreiras políticas entre Municípios, Estados e União. Ao contrário, a atuação em conjunto é crucial para a efetivação das ações e, portanto, exige-se a formação de uma unidade física de gestão e análise sistêmica para, enfim, viabilizar o crescimento econômico e social de forma sustentável (CAZULA E MIRANDOLA, 2010).

Portanto, o Plano de Bacia se traduz em um instrumento de planejamento que possui papel relevante numa das maiores fronteiras de conflito da gestão dos recursos hídricos, tratando da sua articulação com a gestão urbana (PERES e SILVA, 2010).

Ainda segundo Cazula e Mirandola (2010), no caso dos municípios, a conservação dos mananciais e a preservação das fontes de abastecimento superficiais e/ou subterrâneas se tornaram um grande desafio para o gerenciamento dos recursos hídricos. No que tange à conservação, é importante destacar a necessidade de observância quanto ao uso e ocupação do solo, promovendo a otimização de reflorestamento, bem como, garantindo a proteção das matas ciliares.

Considerando especificamente a bacia hidrográfica do rio São Francisco, é importante salientar que o seu Comitê - órgão colegiado com atribuições normativas,

deliberativas e consultivas – aprovou o Plano da Bacia Hidrográfica do respectivo rio, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a alocação das águas da Bacia e para a concessão de outorgas, definir estratégias para a revitalização, recuperação e conservação hidroambiental da bacia, e, para elaborar programas de investimentos. Embora elaborado em 2003, ou seja, em período anterior à aprovação do Plano Diretor de Bom Jesus da Lapa (2010), não foi devidamente contemplado neste último instrumento, ainda que o município faça parte do contexto da citada bacia. A localização da bacia do rio São Francisco está demonstrada na Figura 1.

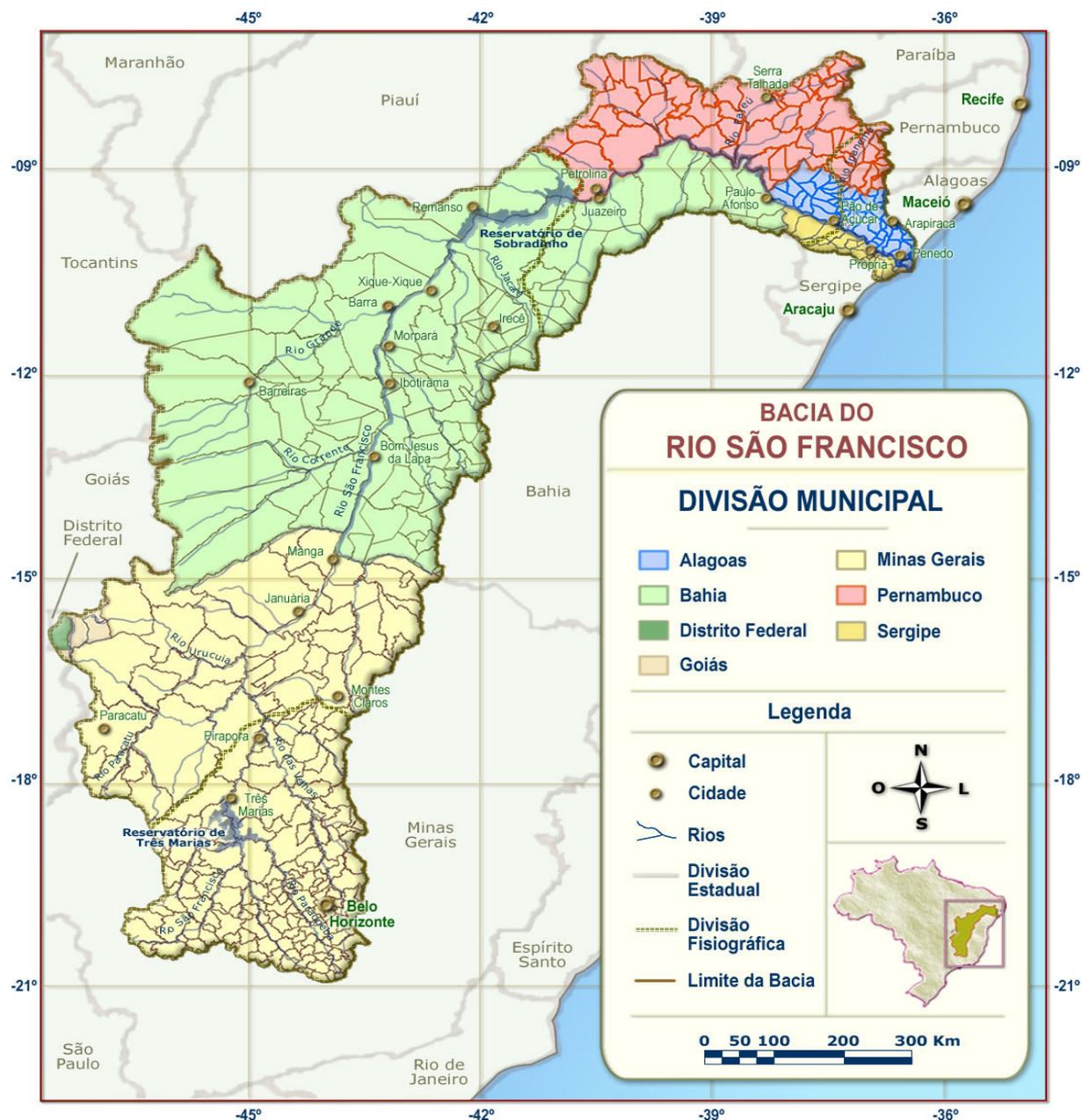


Figura 1: Localização da bacia hidrográfica do rio São Francisco

Fonte: Peixes e pesca no rio São Francisco (www.sfrancisco.bio.br)

A bacia do rio São Francisco abrange uma área de drenagem correspondente a 639.219 Km², o que equivale a 7,5% do território brasileiro, com a vazão média de 2.850 m³/s (2% do total no Brasil). A extensão do rio São Francisco é de 2.700 km, nascendo na Serra da Canastra, em Minas Gerais e descendo no sentido Sul–Norte

pela Bahia e Pernambuco, quando seu curso passa a ser alterado, desaguardo no Oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe. A bacia tem alcance em 07 unidades da federação: Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%), Distrito Federal (0,2%), dentro dos quais estão inseridos 507 municípios, cerca de 9% do total das unidades político-administrativas brasileiras (CBHSF, 2016).

A bacia hidrográfica do rio São Francisco compreende as regiões fisiográficas do Alto São Francisco, Médio São Francisco, Submédio São Francisco e Baixo São Francisco. A composição da bacia é formada por meio dos desníveis dos terrenos que direcionam a água das áreas mais altas para as mais baixas. Na bacia do rio os biomas são diversificados, envolvendo a floresta atlântica, cerrado, caatinga, costeiro e insulares, paisagens que compõem a unidade de planejamento regional denominada de Bacia Hidrográfica (CBHSF, 2016).

Realizada a visitação as características da bacia onde está inserido o problema da segregação espacial, abordaremos as interações entre as dimensões teóricas dos instrumentos de planejamento abordados.

2.5 As conexões de saberes entre o plano diretor urbano e o plano de bacia hidrográfica: interface e imprescindibilidade

O Brasil consolidou a água como bem de domínio público por meio da Lei Federal n. 9.433/1997, segundo a qual as bacias hidrográficas são instituídas como unidades territoriais para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como para a participação no respectivo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa mesma Lei ressalta a relevância de se elaborarem planos diretores que possam ser utilizados como instrumentos técnicos para as bacias hidrográficas (LOBO, 2014).

Tanto os planos diretores municipais quanto os planos de recursos hídricos objetivam a sustentabilidade do desenvolvimento em suas áreas de alcance delimitadas geograficamente, embora o último plano tenha o direcionamento voltado para a sustentabilidade hídrica. Entretanto, o que se constata na prática, a partir das especificações contempladas em termos de referência que norteiam a construção dos planos de recursos hídricos, é a falta de interação entre os documentos. Situação parecida pode ser constatada na construção dos planos diretores municipais, onde as bacias hidrográficas são citadas, mas é inexistente a referência aos referidos planos como matéria-prima para o seu desenvolvimento, com exceção dos mananciais de abastecimento das cidades (LOBO, 2014).

A bacia hidrográfica, quando escolhida como unidade de planejamento e gestão, deve ter levada em consideração sua relação com outros sistemas e instituições que funcionam com limites diversificados, ressaltando os limites político-administrativos,

considerados bases das políticas territoriais. Dessa forma, mesmo que o comitê da bacia hidrográfica atue como fórum de gestão das águas e exerça uma atribuição indispensável para a operacionalização e concepção da gestão integrada, se faz necessária uma real articulação com outras políticas que se relacionam com o plano de bacia hidrográfica, tendo desdobramento com a negociação entre instâncias de governos, setores institucionais e sujeitos que determinam conflitos e interfaces múltiplas (ALVIM, BRUNA E KATO, 2008).

As cidades que nascem e crescem no entorno dos rios possuem motivos bem óbvios e conexos, posto que os rios funcionam como Canais de comunicação, fontes de abastecimento de água potável e destino de eliminação dos efluentes sanitários e industriais.

Nos percursos desses rios que cruzam os perímetros urbanos de inúmeros municípios deveriam ser aplicadas todas as normas que regulam as Áreas de Preservação Permanente (APP). Porém, na prática, essas áreas de preservação estão sendo negligenciadas em grande parte dos centros urbanos, o que acarreta graves danos ambientais, como o assoreamento dos rios e erosão das suas encostas, além de poder ocasionar situações de perigo para os moradores ribeirinhos, como as enchentes e deslizamentos de encostas. Visualiza-se a partir do citado que as normas reguladoras das APP estão entre as interfaces mais mal trabalhadas entre a legislação federal e a questão urbana (ARAÚJO, 2002).

Dentre os problemas citados acima, as enchentes ocorrem principalmente por conta do processo natural de escoamento do rio pelo seu leito maior, ocasionado em decorrência do ciclo hidrológico. Todavia, quando a população ocupa o leito maior, considerado área de risco, os impactos são adversos e corriqueiros. Tais situações ocorrem muitas vezes devido às seguintes ações: inexistência em grande parte das cidades brasileiras de restrição quanto ao loteamento em áreas de risco de inundação, que deveriam estar contempladas no plano diretor urbano; invasão de áreas ribeirinhas pertencentes ao poder público pela população de baixa renda; ocupação de áreas consideradas de risco mediano, atingidas em menor frequência, mas que quando ocorre de serem atingidas sofrem prejuízos significativos.

Principais impactos sofridos pela população: prejuízos com perdas materiais e humanas; interrupção da atividade econômica das áreas inundadas; contaminação por doenças de veiculação hídrica como leptospirose e cólera, entre outras; contaminação da água pela inundação de depósitos de material tóxico, estações de tratamento e outros.

O atual gerenciamento não estimula a resolução dos mencionados problemas, considerando a fácil obtenção por parte dos municípios dos recursos a fundo perdido destinados àquelas unidades administrativas que declaram estado de calamidade pública por conta da inundação, não sendo necessária a realização de concorrência pública para empregar tal recurso. Para tanto, a maioria das soluções sustentáveis passam por medidas não estruturais que condicionam restrições à população, não

sendo habitual um gestor se apropriar desse tipo de solução, pois o que a população espera do prefeito é a realização de obras. Por outro lado, para adotar as medidas não estruturais, o executivo municipal teria o desafio de interferir em interesses de proprietários de áreas em situações de risco, decisão politicamente desagradável para ser tomada a nível local (TUCCI e SILVEIRA, 2001).

No Quadro 1, é possível observar ao longo dos anos a grande diferença, por meio de atitudes concretas, dos países desenvolvidos e do Brasil, que sempre deixou para segundo plano a execução de políticas públicas que visem garantir a segurança e suprir as necessidades prioritárias da população, bem como resguardar os recursos naturais para utilização das futuras gerações.

PERÍODO	PAÍSES DESENVOLVIDOS	BRASIL
1945 – 60 Crescimento industrial e populacional	<ul style="list-style-type: none"> • Uso dos recursos hídricos: abastecimento, navegação, energia, etc; • Qualidade da água dos rios; • Controle das enchentes com obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inventário dos recursos hídricos; • Início dos empreendimentos hidrelétricos e planos de grandes sistemas.
1960 – 70 Início da pressão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de efluentes; • Medidas não estruturais para enchentes; • Legislação para qualidade da água dos rios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Início da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos; • Deterioração da qualidade da água de rios e lagos próximos a centros urbanos.
1970 – 80 Início do controle ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação ambiental; • Contaminação de aquíferos; • Deterioração ambiental de grandes áreas metropolitanas; • Controle na fonte da drenagem urbana, da poluição doméstica e industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase em hidrelétricas e abastecimento de água; • Início da pressão ambiental; • Deterioração da qualidade da água dos rios devido ao aumento da produção industrial e concentração urbana.
1980 – 90 Interações do ambiente global	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos Climáticos Globais; • Preocupação com a conservação das florestas; • Prevenção de desastres; • Fontes pontuais e não pontuais; • Poluição rural; • Controle dos impactos da urbanização sobre o ambiente; • Contaminação de aquíferos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do investimento em hidrelétricas; • Piora das condições urbanas: enchentes e qualidade da água; • Fortes impactos da seca no Nordeste; • Aumento de investimentos em irrigação; • Legislação ambiental.

<p>1990 – 2000 Desenvolvimento Sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável; • Aumento do conhecimento sobre o comportamento ambiental causado pelas atividades humanas; • Controle ambiental das grandes metrópoles; • Pressão para controle da emissão de gases, preservação da camada de ozônio; • Controle da contaminação dos aquíferos das fontes não pontuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação de recursos hídricos; • Investimento no controle sanitário das grandes cidades; • Aumento do impacto das enchentes urbanas; • Programa de conservação dos biomas nacionais: Amazônia, Pantanal, Cerrado e Costeiro; • Início da privatização dos serviços de energia e saneamento.
<p>2000 – Ênfase na água</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da Visão Mundial da Água; • Uso integrado dos Recursos Hídricos; • Melhora da qualidade da água das fontes difusas: rural e urbana; • Busca de solução para os conflitos transfronteiriços; • Desenvolvimento do gerenciamento dos recursos hídricos dentro de bases sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço do desenvolvimento dos aspectos institucionais da água; • Privatização do setor energético e de saneamento; • Diversificação da matriz energética; • Aumento da disponibilidade de água no Nordeste; • Planos de drenagem urbana para as cidades.

Quadro 1: Evolução histórica da gestão de recursos hídricos nos países desenvolvidos e no Brasil

Fonte: TUCCI, 2001

Com as diferenças de atitudes colocadas, se torna mais transparente a necessidade de ampliar o debate, porém, focando a discussão nos pontos relacionados à integração da gestão de recursos hídricos em consonância com o planejamento do uso do solo no município, obviamente respeitando o alcance regional e local de cada um. Os instrumentos disponíveis atualmente para controle do uso e ocupação dos solos são assegurados por lei e considerados ferramentas fundamentais para o crescimento urbano ordenado em bases sustentáveis, devendo ser complementar aos instrumentos preconizados pelo Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (FARIA, 2008). Realizadas as investidas conceituais sobre as diversas esferas do Planejamento, nos deteremos agora a uma breve visita ao oeste baiano.

2.6 O planejamento na região oeste da bahia

O Médio São Francisco, onde está inserido o município objeto do estudo, corresponde ao trecho fluvial que abarca a região Oeste da Bahia seguindo até o ponto que forma o lago represado de Sobradinho, no município de Remanso, tornando-se a maior das quatro divisões da bacia, com um total de 339.763 km². Todas as divisões da bacia do São Francisco são compostas por sub-bacias, que, por sua vez, são geridas pelos seus comitês regionais. Sendo assim, todos os programas e planos desenvolvidos devem levar em conta o planejamento da região, respeitando suas características, cultura e biodiversidade (CBHSF, 2004).

A ocupação do Vale do São Francisco (especificamente o Médio São Francisco) tem registros datados do século XVI. Na época, houve o incentivo do Reino Português na ocupação da região por meio de doações de terras, tendo início a expansão econômica da região e o surgimento dos primeiros povoados e arraiais. Porém, foi a partir do século XIX que a região do Oeste da Bahia deu início a um lento processo de crescimento econômico sistemático, sustentado pela navegação fluvial, tendo como rota as águas dos rios Corrente, Grande, Preto e o São Francisco, que recebe a contribuição dos três primeiros citados (CAR, 1997).

Em meados dos anos de 1940, como consequência da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro traçou novas políticas para integração do Oeste da Bahia ao Brasil Central. Dentre elas se destacaram (CAR, 1997, p. 13):

- Construção do aeroporto de Barreiras, que foi utilizado pelas forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial;
- Instalação de uma agência do Banco do Brasil em Barreiras no ano de 1943;
- Criação de 14 novos municípios, no período de 1958 a 1962, o que deu origem a novas estradas e redefinição da malha viária da região Oeste da Bahia;
- Início da construção da Hidrelétrica de Correntina em 1966;
- Instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção em Barreiras no ano de 1969, visando a construção das rodovias BR 242 (Brasília – Ibotirama) e BR 135 (Brasília – Piauí);
- Surgimento das primeiras pequenas indústrias têxteis, produtoras de fios, sacarias e tecidos, além de máquinas beneficiadoras de plumas.

Nessa época, algumas cidades tiveram grande destaque na região Oeste da Bahia, a saber: Barra, com população urbana de 5.137 habitantes, Barreiras, 4.207 habitantes e Bom Jesus da Lapa com 3.350 habitantes. Nesse período, apenas 16% da população regional era urbana. Até 1970, existiam 27 cidades na região Oeste da Bahia. Desse total, 22 tinham menos de cinco mil habitantes e apenas

as cinco restantes possuíam entre cinco mil e vinte mil pessoas. Não havia, na época, nenhuma cidade com população urbana superior a esse limite. Já em 1980, mudaram consideravelmente os números, bem como a própria caracterização da urbanização regional: apenas 16 cidades, do total de 27, possuíam menos de cinco mil habitantes, enquanto Barreiras e Bom Jesus da Lapa se encontravam no grupo entre 20 mil e 40 mil habitantes (CAR, 1995).

Em 1991, a região Oeste da Bahia passou por uma nova configuração no perfil regional. Quanto à divisão administrativa, 11 municípios foram criados por processos de desmembramentos. Nessa nova configuração regional o número de municípios passou de 27 para 38, aumentando também a quantidade de cidades com até cinco mil habitantes, de 16 para 22; da mesma forma cresceu o número de cidades que tinham entre 5 mil e 20 mil habitantes, passando para 13, Santa Maria da Vitória migrou para o grupo de 20 mil a 40 mil habitantes e Barreiras já contava com quase 70 mil habitantes (CAR, 1995).

Houve um intenso processo de urbanização da região Oeste da Bahia. A população urbana da região, no período entre 1970 e 1991, obteve um incremento que chegou a 206%, enquanto a população rural aumentou em apenas 18%. Nota-se também que em 1970 aproximadamente 50% da população urbana residia em cidades com menos de cinco mil habitantes e em 1991 esse percentual foi reduzido para 21% da população urbana das pequenas cidades. Nesse último ano, os municípios de Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória detinham 41% do total da população que residia nas áreas urbanas (CAR, 1995).

Houve também um crescimento significativo da taxa de urbanização, que saltou de 21% em 1970, para 40% em 1991. Esse mesmo crescimento urbano que gerou desenvolvimento acarretou numa crescente necessidade de disponibilização de bens e serviços para o mercado, assim como ampliação da infraestrutura física e social, indispensáveis para consolidar o desenvolvimento sustentável da região (CAR, 1995).

Caracterizado o universo oestino, é hora da pesquisa lançar suas âncoras no estudo propriamente dito, intitulado Planejamento Urbano e Segregação Socioespacial e Ambiental em Bom Jesus da Lapa-BA: a invisibilidade da Lagoa do bairro Beira Rio, interagindo com os diversos instrumentos de planejamento urbano e demais documentos e informações encontradas durante a realização da pesquisa bibliográfica e investigação documental, todos de grande relevância para o desfecho dessa pesquisa.

2.7 O caso de bom Jesus da Lapa, seus instrumentos de planejamento urbano e a convivência com o rio São Francisco

2.7.1 Surgimento e Ocupação Histórica

A área do atual município de Bom Jesus da Lapa foi habitada primeiramente pelos índios Tapuias. Segundo relatos do Padre Monsenhor Turíbio Villanova, em *Resenha Histórica* (1937), o primeiro europeu que avistou o Morro foi Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, na sua viagem de exploração ao rio São Francisco, entre os anos de 1543 e 1550. Posteriormente teve o seu território desbravado ao final do século XVII, com a chegada dos bandeirantes, que criaram muitas fazendas de gado, destacando-se a Fazenda Morro, em alusão a formação rochosa à beira do rio, antes conhecido pelos indígenas como Itaberaba, que significa "pedra que brilha". Tal fazenda deu origem ao povoado Bom Jesus, o atual município de Bom Jesus da Lapa.

No entanto, foi com a chegada do português Francisco Mendonça Mar, em 1681, que o lugar passou a ser de interesse para novos aventureiros e devotos da imagem do Bom Jesus, trazida por aquele que seria mais tarde conhecido como Padre Francisco da Soledade. O mesmo Padre construiu um hospital junto ao Santuário, onde cuidava dos doentes e pessoas que se encontravam na absoluta miséria (SEGURA, 1937).

A Lapa se tornou um Arraial por volta de 1750, com cinquenta casas pobres, feitas de barro e com teto de palha. Em 1852, o Engenheiro Halfeld escreveu o insigne austríaco: "O arraial do Senhor Bom Jesus da Lapa tem 128 casas com 250 habitantes sedentários" (SEGURA, 1937).

Já em 1874, Bom Jesus da Lapa era distrito de Urubu, hoje município de Paratinga, com 405 casas e uma população de 1.400 habitantes. A parte alta da cidade próxima ao morro era ocupada por xique-xiques e urtigas que cresciam entre grandes pedras, o caminho para o porto do rio era estreito e cercado por grandes árvores como os oitis. Em 1890 foi elevada a condição de Vila (SEGURA, 1937).

Conforme havia escrito em seu livro "Bom Jesus da Lapa", Barbosa (1996, p. 48) afirmou que "muito pouco se sabe da história de Bom Jesus da Lapa, principalmente porque centenas, talvez milhares de importantes documentos se extraviaram ou foram consumidos pela ação do tempo, desde 1663". Diante do exposto, muitas pesquisas e estudos realizados sobre o município foram prejudicados, restando poucos trabalhos para consulta, acarretando numa série de dificuldades para os pesquisadores e estudiosos.

Bom Jesus da Lapa foi emancipado politicamente no dia 31 de agosto de 1923, por advento da Lei Estadual n. 1.682, a partir do desmembramento de Paratinga. Com localização no centro geográfico do rio da Unidade Nacional e posição privilegiada para as comunicações aéreas e fluviais do Médio São Francisco, a Lapa fica a 800

km de distância da capital baiana, Salvador. Local onde surgiu o famoso Santuário, que é a catedral gótica, situada no monumento natural denominado de "Morro", que foi esculpido pela ação dos processos erosivos ao longo do tempo. O morro se apresenta em forma de um maciço de calcário amorfo azulado, cujas camadas são estratificadas horizontalmente. Toda sua circunferência mede 1.821 metros, com aproximadamente 400 metros de largura e 93 metros de altura até a base do cruzeiro, sendo acesso a este por meio de degraus que foram construídos em 1935 (SEGURA, 1937). A Figura 2 ilustra bem o cenário descrito nesse parágrafo.



Figura 2: Lapa antiga dos anos trinta. Capela de Nossa Senhora do Carmo, à direita, a antiga esplanada. No morro, o cruzeiro que foi construído em 1935

Fonte: Santuário do Bom Jesus da Lapa, 1937.

O município em questão é considerado por muitos estudiosos como uma cidade-santuário, que apresenta seu crescimento e urbanização determinados, em certos períodos da história, pelas constantes visitas de romeiros ao Santuário. A cidade se constitui em uma hierofania desde o seu surgimento. O espaço urbano se projetou no entorno do Santuário, negando a tendência das cidades ribeirinhas, que geralmente crescem em volta do rio, dada a importância dos seus recursos, ficando a dinâmica urbana condicionada ao fluxo periódico dos romeiros. Ainda assim, a cidade se consolidou na região do Médio São Francisco como a mais importante unidade urbana, tendo como agente modelador do arranjo espacial urbano o romeiro, que

contribui, sobretudo, com a renda das pessoas que residem no município (CASTRO, 2005).



Figura 3: Lapa dos anos quarenta. Frente da Casa Paroquial e a Capela de N. Sra. do Carmo
Fonte: Santuário do Bom Jesus da Lapa, 1937.

Sob uma ótica fenomenológica, ou seja, com o olhar voltado para o fenômeno religioso, Bom Jesus da Lapa representa bem esse viés, para os romeiros visitantes tudo é revestido de sacralidade, uma rocha do morro ou da gruta jamais será considerada uma simples pedra, mas um objeto percebido e imaginado como algo divino e sagrado. Da mesma forma, a água que mina nas grutas, as imagens e os símbolos que representam o sacrifício de Jesus. Entretanto, para os moradores da cidade, a rotina diária acaba banalizando a relação com o lugar, embora, muitos moradores que são católicos praticantes possuam a percepção do sagrado, e, procurem manter o convívio com a religiosidade em períodos com menor fluxo de romeiros (CASTRO, 2005). A Figura 3 ilustra objetivamente a presença dos elementos religiosos na paisagem da cidade e a naturalidade com que eles fazem parte da rotina dos moradores na década de 1940.

Durante os últimos 50 anos, a cidade de Bom Jesus da Lapa passou por um processo de urbanização intenso, conforme se pode inferir pela Tabela 1, a seguir. Mesmo com as dificuldades de comparação dos dados dos períodos 1940/70 e 1980/96, por se tratar de unidades administrativas diferentes, levando-se em conta as emancipações de Serra do Ramalho e Sítio do Mato (antigos distritos de Lapa) em 1987, é possível observar que o processo de urbanização foi bastante significativo. Nesse período, é inegável a melhoria das comunicações, com a construção de

estradas e aeroporto, juntamente com a criação das áreas de irrigação na parte média da bacia do São Francisco, algo que, sem dúvidas, incrementou ainda mais a urbanização no município e em outras cidades da região (MMA, 1998).

ESPECIFICAÇÃO	ANOS								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
População Urbana	3.350	4.740	6.107	12.223	19.861	32.390	35.005	37.726	43.099
Taxa de crescimento Médio anual (%)	3,53	2,57	7,19	4,97	4,55	1,56	1,94	1,42

Tabela 1: Crescimento da população urbana de Bom Jesus da Lapa (1940-2010).

Fonte: CODEVASF – Plano Diretor do Projeto Formoso, 1998. Censo IBGE 2000 e 2010.

Um grande benefício para a cidade ocorreu com a criação da sede do 3º distrito da Comissão do Vale do São Francisco em 1949, dirigida pelo então Diretor Superintendente Paulo Peltier de Queiroz. Em 1952, foi inaugurado pelo Serviço Especial de Saúde Pública – SESP – o Hospital Carmela Dutra, contando com 48 leitos. Em meados de 1956, a população da cidade chegou a 4.786 pessoas, conforme recenseamento realizado no mesmo ano, a Lapa já contava com 1.350 prédios em 24 ruas e 3 praças, o número de habitantes em todo município chegava a 23.737.

No início da década de 1990, a construção da ponte sobre o rio São Francisco, em Bom Jesus da Lapa, ampliou de forma significativa o poder de polarização do município na região. Antes, a travessia do rio era feita por meio de balsas, o que acarretou em atrasos para o desenvolvimento. Após a construção da ponte, o fluxo viário inter-regional aumentou consideravelmente, garantindo o encurtamento do tempo de viagem nos deslocamentos. O fluxo de veículos interfere direta e indiretamente nas atividades de comércio e serviços da cidade, aumentando a demanda e pressionando a capacidade de oferta, fator preponderante para a consolidação de um polo regional na cidade de Bom Jesus da Lapa (UFC ENGENHARIA, 2009).

Por conta de ter se tornado uma cidade polo na sua microrregião, Bom Jesus da Lapa foi contemplada com diversos órgãos públicos, a saber: agência fluvial da Marinha do Brasil, Aeronáutica, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) com perímetro de irrigação, Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Receita Federal, Justiça Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e vários outros como instituições bancárias e correios.

O município de Bom Jesus da Lapa, situado na região centro-oeste do

Estado da Bahia (Figura 4), na Zona Fisiográfica do Médio São Francisco, com o seu território totalmente abrangido pelo polígono das secas possui clima quente e seco. As temperaturas oscilam entre 18 e 33 graus centígrados. As chuvas se concentram mais entre os meses de outubro e março, com pluviosidade média anual de 833 mm. Salvador, capital do Estado fica a 803 Km de distância. Limita-se com os municípios: Paratinga, Riacho de Santana, Sítio do Mato, Macaúbas e Serra do Ramalho. O município possui uma extensão territorial de 4.115.524 Km² e está localizado entre as coordenadas 13°15'40" de latitude Sul e 43°25'44" longitude Oeste e encontra-se a uma altitude média de 483 m (IBGE, 2016).

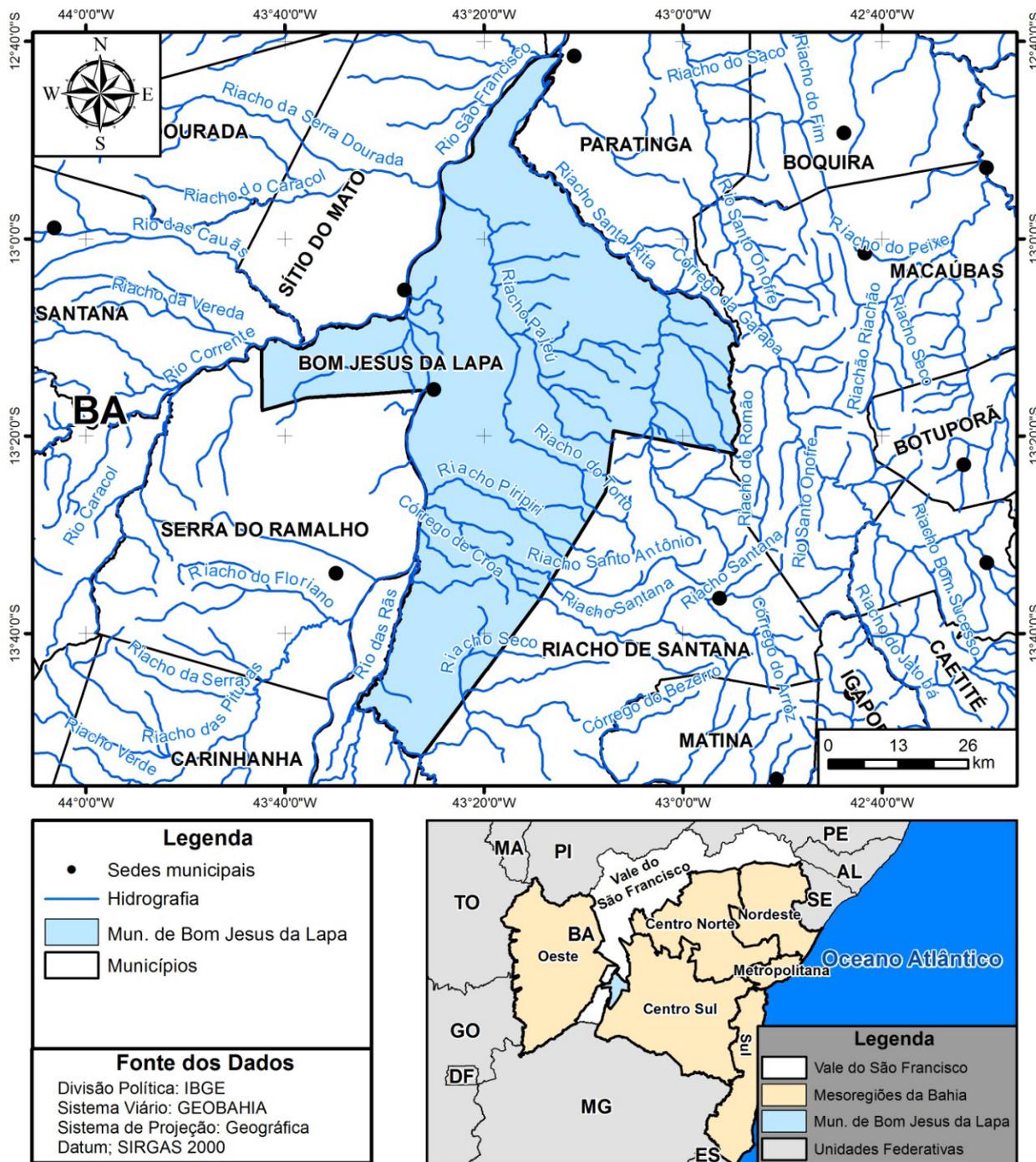


Figura 4: Localização da Área de Estudo, Bom Jesus da Lapa/BA.

Fonte: SOUZA (2016).

Conforme o Censo do IBGE 2010, a Lapa possui uma população de 63.480 habitantes, com sua economia tendo como base o setor primário (agricultura, pecuária e pesca) e terciário (comércio e serviços), sendo que na agricultura destaca-se a produção de banana, estimada em 117 mil toneladas/ano.

A vegetação é do tipo caatinga, com floresta estacional, formações pioneiras com influência fluvial, arbustiva e floresta estacional decidual. As formas geológicas predominantes são depósitos eluvionares e coluvionares, depósitos fluviais, com calcários, dolomitos, siltios, folhelhos, argilitos, ardósias, sienitos e granitos. O solo é do tipo latossolo-vermelho, amarelo distrófico, areias quartzosas distróficas, com solos aluviais eutróficos, planossolo solódico, podzólico vermelho-amarelo eutrófico (MMA, 2016).

A cidade concentra a segunda maior festa religiosa do Brasil, realizada todos os anos no mês de agosto, conhecida como a Romaria ou Procissão do Bom Jesus, atraindo milhares de fiéis de todo país, recebendo o título de “Capital Baiana da Fé”. (SOUZA, SPÍNOLA E ALMEIDA, 2012).

Com o sucesso da Romaria do Bom Jesus, a Igreja Católica inovou com a criação de outras romarias, entre elas a Romaria de Nossa Senhora da Soledade, realizada no mês de setembro, e a Romaria da Terra e das Águas, realizada no mês de julho e inspirada numa época de grande pressão dos latifundiários, com grilagens, ameaças, expulsões e mortes que aconteciam com bastante frequência (MICEK, 2006).

2.7.2 O Rio São Francisco e Outros Corpos d'Água no Município

O principal rio que corta o município é o São Francisco que percorre cerca de 70 km dentro do município, inteiramente navegáveis por embarcações de pequeno porte. O Rio Corrente, o Rio das Rãs e o Rio Santana são os seus principais afluentes. Outros cursos de água existentes são os riachos da Pedra Branca e da Santa Rita. Existem ainda as Lagoas das Piranhas, da Lapa, dos Campos, da Batalha, da Moita, da Impueira e da Itaberaba. Além dessas, há inúmeras ilhas como: a Ilha da Cana Brava, Ilha do Medo, Ilha do Fogo e a Ilha da Mariquinha no rio São Francisco (CBHSF, 2016).

No rio São Francisco e nas lagoas do município povoavam e ainda povoam algumas das diversas espécies de peixes, bem diferentes do que se encontra na atualidade, são elas as principais: Surubim, Dourado, Curimatá, Piau, Piranha, Corvina, Mandim, Mandim-Açu, Traíra, Caborge, Pirá, Cari, Pacu, Pocomom e Mantrinchã (BARBOSA, 1995).

O "Velho Chico" continua exercendo grande influência sobre os ribeirinhos, nas cidades, vilas, povoados, roças e ilhas, absolutamente todos no seu entorno possuem o mínimo de preocupação com o rio, com suas enchentes e secas que causam imenso transtorno aos que se aventuram a morar nas suas margens, bem como aqueles que

ocupam as áreas de riscos (áreas sujeitas a inundações em períodos de enchentes), sofrendo sérias consequências que vão desde doenças adquiridas por problemas sanitários, até a perda de bens: móveis e, muitas vezes, a própria moradia. Em épocas de secas ou estiagens, a navegabilidade se torna mais arriscada, devido à drástica redução do volume de água, tendo como consequência o surgimento de croas no rio, provocando os encalhes das embarcações e comprometendo o acesso a água (BARBOSA, 1995).

A cidade de Bom Jesus da Lapa, como já citado, se desenvolveu principalmente no entorno do "Morro", mas, como muitas outras cidades ribeirinhas, também cresceu sob forte influência das margens do rio, utilizando-se das águas do rio São Francisco para suprir as necessidades básicas, além, é claro, da pesca e transporte de mercadorias que abasteciam o comércio local. Por outro lado, o rio também trouxe transtornos com as enchentes, que na verdade surgiram como consequência da inexistência de planejamento, descumprimento e desrespeito com a delimitação das áreas de preservação permanente, carência de obras estruturantes e falta de drenagem das águas pluviais.

Todos esses problemas citados acima perduram até os dias atuais, com um diferencial: o planejamento urbano existente está sendo utilizado para promover a segregação socioespacial ao invés de combatê-la e os impactos ambientais estão se acentuando, tornando-se cada vez mais visíveis, pois nos períodos de chuvas mais intensas grande parte da população sofre com a falta de drenagem e consequente inundação nas ruas. Os bairros periféricos foram negligenciados pelo planejamento urbano e sofrem ainda mais com esse descaso. A prova disso é a análise promovida por essa pesquisa no bairro Beira Rio, referente a Lagoa Beira Rio.

2.7.3 Instrumentos de Planejamento Urbano Utilizados no Município na Análise Socioespacial e Ambiental

O primeiro estudo técnico encontrado no acervo da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em Bom Jesus da Lapa, que serviu como instrumento de planejamento urbano para o município foi o "Anteprojeto para extinção da favela de Bom Jesus da Lapa", elaborado em 1974 pela então Superintendência do Vale do São Francisco, vinculada ao Ministério do Interior da época. Esse estudo faz referência ao atual bairro da Nova Brasília, que naquele tempo era considerado um aglomerado urbano situado na área portuária da cidade, onde os períodos de chuvas intensas provocavam a inundação da área, trazendo transtornos sociais, ambientais e econômicos para todos. A solução sugerida nesse Anteprojeto foi o deslocamento dessas famílias para um novo conjunto habitacional construído a 1.500 metros de distância da área portuária (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1975).

Porém, após pouco tempo muitas famílias voltaram a ocupar seus lugares de origem, descumprindo o que foi acordado com a prefeitura, forçando o poder público a pensar em um novo instrumento de planejamento para a área portuária. Foi então que o Governo do Estado, por meio da Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (FUNDESCO), elaborou um "Plano de Urbanização de Nova Brasília e Vietnã" em 1978. Esse plano, na verdade, era mais do que uma tentativa de recuperação de favelas, representava uma experiência pioneira no Estado da Bahia (FUNDESCO, 1978a).

O Plano de Urbanização de Nova Brasília e Vietnã levantou o debate sobre a questão de urbanizar ou remover favelas. Foi nessa linha de pensamento que a equipe técnica responsável pela elaboração do plano assumiu a posição de que, estando a situação física da favela sem oferecer risco aos moradores, o procedimento indicado seria a urbanização, compreendida como um conjunto de medidas destinadas a tornar habitáveis essas comunidades. O referido plano é parte integrante do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana de Bom Jesus da Lapa, componente do POLONORDESTE, que buscou atender a um dos requerimentos do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade, estudo esse que foi concluído e finalizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (FUNDESCO, 1978b).

O primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Bom Jesus da Lapa foi elaborado por uma equipe técnica interdisciplinar e mista da SUDENE e do Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), entidade da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC), tendo o aporte de recurso financeiro junto ao Ministério do Interior. Esse Plano teve como objetivo principal nortear o crescimento do município em vista das necessidades básicas, bem como a exploração do principal potencial de geração de receita, que é a Romaria do Bom Jesus. Outro estímulo para elaboração desse Plano foi a implantação do Projeto de Colonização Serra do Ramalho, elaborado pelo convênio realizado entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e o INCRA, que, mais tarde, levou ao desmembramento do Município de Bom Jesus da Lapa, e consequente emancipação de Serra do Ramalho (BASTOS, 1977).

Em agosto de 1998 foi concluído o Plano Diretor do Projeto Formoso, onde foi concebido o primeiro Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa, que teve como objetivo principal o ordenamento do crescimento da cidade por meio de adoção de medidas e diretrizes adequadas que possibilitem a correta gestão urbanística (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, 1998).

Quanto aos objetivos setoriais, devem ser citados dois de caráter territorial: preservação das características ambientais das margens fluviais e zonas úmidas e a proteção dos elementos do meio físico e natural que possuem valor de interesse geral, sejam ecológicos, paisagísticos, ambientais, entre outros.

Quanto às Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo, devem ser mencionadas as áreas delimitadas como zonas de proteção e preservação: uma para o Morro da Lapa e outra para as margens do rio São Francisco, sendo que nestas áreas, qualquer uso proposto deverá ter como diretriz a manutenção da integridade física e cênica dos bens, justificando assim sua proteção e preservação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, 1998).

Foi constatado, por meio de investigação documental, bem como pelo conhecimento empírico, que não houve efetivação dos objetivos setoriais citados acima, assim como das diretrizes de uso e ocupação do solo, que remetem a proteção e preservação do Morro e das margens do rio São Francisco. Após a aprovação desse Plano Diretor, algumas edificações foram erguidas e outras ampliadas no entorno do Morro, contribuindo com a poluição visual e conseqüente impacto ambiental advindo do adensamento populacional e ocupações irregulares, contradizendo o que determina o referido documento. Com o mesmo descaso, o que permite diretamente a continuidade da segregação, foram tratadas as margens do Velho Chico, cada vez mais assoreado e sem proteção dos barrancos com a vegetação nativa, que deveria estar cobrindo as áreas de preservação permanente e garantindo a permeabilidade do solo. Muitas áreas cultivadas se estenderam até as margens do rio, inclusive com tomadas de água sem as devidas autorizações dos órgãos competentes.

Em 2010, foi aprovado o Plano Diretor Urbano que se encontra em vigência até os dias atuais, intitulado de "Instrumento Normativo da Política de Desenvolvimento Urbano Ambientalmente Sustentável do Município", contendo em seu Art. 2º (BOM JESUS DA LAPA, 2010, P. 1):

I – o perímetro urbano;

II – a modelagem espacial;

III – a indicação das áreas urbanas onde poderão ser aplicados os instrumentos urbanísticos previstos na legislação federal;

IV – as diretrizes para o desenvolvimento municipal.

Dentre os princípios do atual Plano Diretor está a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. Da mesma forma, um dos objetivos do referido Plano é "promover o desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, contemplando a equidade social, a melhoria da qualidade de vida, e a conservação e valorização dos recursos naturais e culturais" (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 3).

No que se refere aos quatro Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Municipal, é notório que se coadunam com a preocupação ambiental, sendo eles (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 8):

I – Estratégia de Estruturação Ambiental Urbana – trata do fortalecimento da posição econômica do município na região e a melhoria da estruturação físico territorial da área urbana, fortalecendo também um Sistema de Áreas Verdes;

II – Estruturação do Sistema Municipal de Planejamento Urbano Ambiental – envolvendo a criação de instâncias e responsabilidades pela promoção do planejamento urbano e ambiental do município.

III – Projetos Prioritários (com a participação e decisão da comunidade): estrutura, componentes e instrumentos;

IV – Minutas e Anteprojetos de Lei.

O Art. 18 do referido Plano trata da ampliação da integração do município de Bom Jesus da Lapa com os espaços regionais. Nesse contexto, é mencionada, na alínea “g”, a implantação da Hidrovia do Rio São Francisco.

Fortalecimento Ambiental e de um Sistema de Áreas Verdes, tratados no Art. 19, compreende a consolidação das características ambientais regionais e locais, sendo alicerçada na seguinte estrutura (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 10):

I – criação do Órgão de Planejamento e do de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa;

II – institucionalização do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa;

III – institucionalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa;

IV – elaboração do Plano de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa;

V – conservação do Parque do Rio das Rãs, Corrente e São Francisco;

VI – criação do Parque da Cidade;

VII – parques arborizados nos Bairros;

VIII – arborização de Praças e Ruas.

No Art. 20, cria-se uma Ordenação do Crescimento da Mancha Urbana, contemplado no inciso VI (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 11) a "Zona Parque do Rio São Francisco – PSF, que correspondem as Zonas que se encontram vulneráveis aos rigores da natureza, e, portanto, inaptas à ocupação urbana, e que inclui a planície de inundação do rio São Francisco, o Morro do Bom Jesus, os espaços verdes e espaços abertos".

Mais adiante, o Art. 22 trata da implantação de um sistema de interligação dos

lugares e seu inciso II fala da coexistência com a presença do rio São Francisco, por meio da implantação de uma hidrovia, interligando a cidade de Bom Jesus da Lapa aos municípios ribeirinhos vizinhos. Já no inciso III (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 13) do mesmo artigo é mencionada a "transposição do Rio São Francisco através da ligação hidroviária da cidade ao distrito de Formoso e Rio Corrente".

No Art. 29 é feito um desdobramento sobre a estratégia para o fortalecimento de um Sistema de Espaços Abertos, sendo citada no inciso I a "Implantação do Parque da Orla Fluvial", assim como o inciso II fala da "Implantação do Parque da Cidade".

Quanto ao direito de preempção do município, preferência dada ao poder público para aquisição do imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, determina o Art. 38 o atendimento à prioridade expressa no seu inciso IV, ou seja, a recuperação ou proteção ambiental. Nessa situação, em dois casos será aplicado o direito de preempção do município: I (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 19) – "áreas urbanas de ocupação consolidada, de grande densidade habitacional e de edificações, onde a carência de espaços abertos contribua para a redução da qualidade ambiental urbana, em especial nas Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS" e II (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 19) – "áreas urbanas em processo de ocupação, cujo adensamento seja preferencial, onde haja carência destes espaços e se pretenda melhorar os padrões da qualidade ambiental urbana".

No Art. 41, é tratada a Regularização Fundiária, onde o direito à posse da terra só não será reconhecido aos ocupantes de assentamentos de baixa renda em terrenos municipais nas seguintes situações, desde que não situados (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 20):

I – em áreas de uso comum do povo;

II – em áreas destinadas a projetos de urbanização;

III – em áreas protegidas pela legislação ambiental, em desconformidade com os critérios específicos de conservação ou preservação;

IV – em vias existentes ou em áreas previstas para implantação destas; e

V – em áreas de risco à vida humana ou ambiental, de acordo com o parecer do órgão municipal competente.

Quanto ao Zoneamento, no Art. 52 foram criadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no intuito de regularizar e urbanizar, sempre que possível, áreas irregularmente ocupadas, destacando-se o parágrafo 1º, onde se diz que "quando não for possível, por razões ambientais ou de segurança, regularizar as áreas ocupadas, o Poder Executivo fará realocar as ocupações para áreas próximas, dentro do perímetro urbano proposto, e nesse caso a área não deverá mais ser

ocupada" (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 27).

Nas disposições finais do Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa, especificamente nos Artigos 64, 65 e 66 é detalhada de que forma e em qual prazo deve ser feita a revisão do referido PDU, aplicando-se um intervalo mínimo de cinco anos após sua aprovação na Câmara Municipal de Vereadores, com a devida participação popular, podendo o mesmo sofrer complementações e ajustamentos antes do prazo mínimo estabelecido (BOM JESUS DA LAPA, 2010).

A abordagem geral escolhida para essa pesquisa é a qualitativa, que, à princípio, se distingue da quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como base do processo de análise de um problema (RICHARDSON, 2012).

De acordo com Chizzotti (2011), o termo qualitativo condiciona uma partilha densa com pessoas, fatos e/ou locais que constituem objetos de pesquisa, fazendo com que o pesquisador absorva desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção cuidadosa, abarcando um campo transdisciplinar, que envolve as ciências humanas e sociais e utiliza-se de vários métodos de investigação para o estudo de um fenômeno *in loco*, buscando encontrar o sentido desse fenômeno.

A escolha da abordagem qualitativa de um problema vai além do direito de opção do investigador, sendo justificada, principalmente, como uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2012).

Além de ser uma pesquisa qualitativa, o presente trabalho possui natureza aplicada, pois produz conhecimento de aplicação pragmática na área objeto de estudo, visando a solução de problemas específicos de interesse local.

Quanto aos objetivos propostos, possui caráter exploratório-descritivo e utiliza como instrumentos a pesquisa bibliográfica, a análise documental e o estudo de caso, conforme será demonstrado adiante.

3.1 Material

Por se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo com análise de conteúdo e estudo de caso, o material de trabalho foi basicamente bibliográfico. Foram consultados livros, revistas, artigos, manuais, CD, diplomas legais e diversos outros tipos de documentos físicos e eletrônicos, bem como plantas e imagens de satélites do município e da área objeto de estudo.

Também foram produzidas fotografias em ocasião de visita *in loco* ao bairro Beira Rio para corroborar a percepção da segregação socioespacial e ambiental observada nas imagens de satélite, na cartografia e na vivência prática na área estudada.

3.2 Método

De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória geralmente envolve assuntos pouco conhecidos e permite uma maior apropriação do problema, de modo a cooperar com a possibilidade de se elaborar descrições precisas, permitindo o esclarecimento e modificação de ideias e conceitos e facilitando a percepção dos paralelos existentes entre os elementos estudados. Esse tipo de pesquisa pode envolver a análise de exemplos e o levantamento bibliográfico, adotado para este trabalho.

Já a pesquisa descritiva, exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, sendo exemplos de pesquisa descritiva a pesquisa *ex-post-facto*, os estudos de caso e a análise documental (TRIVIÑOS, 2009), os dois últimos adotados nesta empreitada.

A escolha dos métodos adotados como instrumentos da pesquisa se justifica pela interação social do fenômeno estudado. A segregação socioespacial e ambiental não é acontecimento estático, isolado ou mesmo independente, sendo resultado de diversos fatores que interagem de modo dinâmico e constante, justificando a correlação entre todos os aspectos envolvidos em sua interpretação.

3.2.1 Instrumentos da Pesquisa

3.2.1.1 Pesquisa Bibliográfica

Nesta etapa da pesquisa priorizou-se o levantamento de dados de variadas fontes, independente dos métodos ou técnicas empregados. É de notório conhecimento, contudo, que para se obter as informações necessárias para o bom andamento de uma pesquisa, dois processos devem ser utilizados: a documentação direta e a indireta.

A documentação direta pode ser obtida no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, por meio da pesquisa de campo ou da pesquisa de laboratório.

Já a documentação indireta utiliza fontes de dados coletados por terceiros, podendo ser material já elaborado ou não, dividindo-se assim, em pesquisa documental - ou de fontes primárias - e pesquisa bibliográfica - ou de fontes secundárias (MARCONI e LAKATOS, 2009).

A pesquisa bibliográfica foi iniciada no campus da UFOB, em Barreiras, e em Bom Jesus da Lapa, utilizando acervos de ambas bibliotecas, bem como o uso da plataforma acadêmica disponível para os discentes da UFOB, garantindo acesso aos livros, artigos, revistas, sites e publicações científicas, sem os quais não seria possível uma boa fundamentação para a construção pesquisa.

Todavia, se fez necessário uma maior investida em outros acervos bibliográficos

distantes do local de estudo devido à pequena quantidade de informações encontradas sobre o município em questão. Foi então que o orientador da pesquisa sugeriu uma viagem a Salvador para consultar as bibliotecas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), ambas vinculadas a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Foram realizadas duas viagens para conseguir coletar os dados suficientes para um bom embasamento teórico desse trabalho.

Contudo, nenhuma publicação produzida por meio de pesquisas acadêmicas a respeito do planejamento urbano no citado município foi encontrada. Como já era esperado, ao se aprofundar mais na pesquisa de literatura se percebeu também que não havia nenhuma referência a respeito da segregação socioespacial e ambiental existente em Bom Jesus da Lapa.

Diversas visitas foram feitas a biblioteca da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa, onde puderam ser consultados documentos de grande relevância para o bom andamento da pesquisa.

Houve também uma visita à biblioteca municipal de Bom Jesus da Lapa, tendo pouco aproveitamento de literatura. Foi feita também uma tentativa de consulta à Diocese do referido município, buscando-se mais conteúdo a respeito da história da cidade, de onde houve um encaminhamento para o Santuário, porém, o acesso ao acervo bibliográfico do Santuário do Bom Jesus foi negado sob alegação de inexistência de material útil para a pesquisa em voga. Diante da insistência do pesquisador, o Padre Francisco concedeu uma cópia eletrônica do texto escrito pelo Padre Monsenhor Tulibio Villanova, em 1937, intitulado de "Resenhas Históricas", que sem dúvidas contribuiu de forma significativa para uma melhor fundamentação histórica da área de estudo.

Foram coletados, ainda, dados na 24ª Delegacia de Polícia Civil, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, referentes aos números de ocorrências registradas com origem no bairro Beira Rio. Um servidor do quadro da Polícia Civil realizou uma pesquisa no Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial (SIGIP, 2017)), de caráter interno e exclusivo dos servidores, e nos forneceu dados correspondentes ao ano de 2016.

Durante todo o desenvolvimento do trabalho, as pesquisas foram realizadas, buscando um maior embasamento e oferecendo sempre os esclarecimentos necessários para o bom andamento do trabalho, fornecendo elementos suficientes para o atendimento deste instrumento.

3.2.1.2 Análise de Conteúdo

Dentre os métodos de pesquisa qualitativa, como um segundo instrumento optou-se por definir como forma de interpretação a análise de conteúdo, um tipo de análise da comunicação que visa o estabelecimento de uma imparcialidade objetiva através da frequência das unidades de texto, ou seja, das palavras-chaves contidas

nos textos analisados (CHIZZOTTI, 2011).

Ainda segundo o autor, a análise de conteúdo parte do pressuposto que um texto contem sentidos e significados, mesmo que ocultos, e que esses podem ser percebidos pelo leitor, permitindo a interpretação de sua mensagem utilizando-se de técnicas sistemáticas adequadas. A mensagem contida no texto pode ser decomposta em fragmentos mais simples, sejam eles palavras, termos ou frases significativas, que demonstrem sutilezas contidas no texto original. Em outras palavras, a análise de conteúdo permite que sejam feitas inferências, identificando as características de uma mensagem de modo objetivo e sistemático.

Seguindo seu raciocínio, afirma ainda que não é necessário que se restrinja especificamente ao que está contido em partes do texto, podendo-se também, fazer uma leitura do contexto e das circunstâncias de construção da mensagem, permitindo uma interpretação subjacente ao texto, indo além do que é visível e partindo para o que é preterido, de modo deliberado ou inconsciente, a partir de omissões, ignorâncias permitidas, preferências seletivas por palavras e ambiguidades, entre outros.

Nessa vertente da pesquisa foi feita uma análise de conteúdo dos seguintes documentos:

1. "Anteprojeto para extinção da favela de Bom Jesus da Lapa", elaborado em 1974, pela então Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), vinculada ao Ministério do Interior da época;
2. "Plano de urbanização de Nova Brasília e Vietnã", elaborado em 1978, inicialmente, pela Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (FUNDESCO), vinculada ao Governo do Estado, sendo concluído pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);
3. "Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Bom Jesus da Lapa", elaborado em 1976 pela SUDENE e pelo Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), vinculado a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC);
4. "Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa", elaborado em 1998 pelo consórcio ENERCONSULT – TRAGSA, cujo serviço foi contratado pela CODEVASF;
5. "Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa", aprovado em 2010 e vigente até a data da referida pesquisa, sendo responsável pelo desenvolvimento do documento a Prefeitura Municipal.

Nessa análise de conteúdo, foram identificadas e avaliadas as contribuições dos instrumentos de planejamento urbano do município citados acima, referentes ao rio São Francisco, bairros Nova Brasília e Vietnã, todos próximos ao bairro Beira Rio e sua lagoa, para onde é drenada toda água pluvial das localidades, bem como as ligações de esgoto das residências que não possuem ramificação com a rede coletora.

Além dos documentos textuais citados, utilizou-se como complemento à análise de conteúdo imagens de satélites, fotografias e plantas pertencentes aos anexos do Plano Diretor Urbano no intuito de melhor interpretar visualmente a segregação socioespacial e ambiental do bairro Beira Rio e sua interação com os instrumentos de planejamento urbano analisados.

Segundo Oliveira et al. (2009), o uso de Sensoriamento Remoto (SR) e Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são excelentes ferramentas atuais para o planejamento e tomadas de decisões relacionadas ao meio ambiente, podendo também serem utilizadas com grande eficácia no setor social, principalmente no que tange à segregação socioespacial.

Ainda segundo os autores, atualmente, o *Google Earth* é um dos grandes destaques neste segmento, disponibilizando, gratuitamente, diversos produtos cartográficos. Com essa ferramenta é possível ter acesso, por todo o globo, a informações detalhadas como ruas, parques, hospitais, aeroportos, sistemas aquíferos, cadeias de montanhas, florestas, afloramentos, falhas e fraturas, entre outros, a partir de imagens de satélites georreferenciadas e, em muitos casos, com alta resolução. Diversas instituições internacionais como o *United States Geological Survey* (USGS) e o *National Severe Storms Laboratory* (NSSL) vêm fazendo uso recorrente de imagens do *Google Earth* para pesquisas nos mais variados setores. O programa também foi destaque no periódico científico *Nature*, que o destacou como uma ferramenta "promotora do aumento da consciência do potencial do SIG" (BUTLER, 2006, apud OLIVEIRA et al., 2009, p. 2).

Neste sentido, foram utilizadas imagens de satélites da área objeto de estudo e do perímetro do município de Bom Jesus da Lapa obtidas no *Google Earth* nas seguintes datas: 30/12/1984, 30/12/1994, 30/12/2002, 30/12/2010 e 23/05/2016.

O material cartográfico analisado é referente às plantas que compõem os anexos do Plano Diretor Urbano, que foram muito esclarecedoras na percepção das incongruências existentes entre o planejamento urbano e as ações públicas adotadas no bairro Beira Rio, conforme será percebido nas discussões adiante apresentadas.

Além das imagens de satélite e do material cartográfico, também foi realizada uma visita *in loco* à área objeto de estudo em fevereiro de 2017, ocasião na qual foram tiradas diversas fotografias.

As imagens de satélites do *Google Earth*, as plantas do PDU e as fotografias foram ferramentas importantes na discussão deste trabalho, pois, a partir das mesmas, foi realizado um diagnóstico cartográfico crítico, permitindo uma avaliação cronológica da segregação socioespacial e ambiental da área em questão em comparação com o que foi previsto nos instrumentos de planejamento urbano, permitindo, assim, uma análise de conteúdo ainda mais completa e efetiva.

3.2.1.3 Estudo de Caso

Conforme Chizzotti (2011), o estudo de caso representa uma unidade

significativa do todo, sendo, portanto, o bastante para fundamentar um julgamento legítimo, bem como para propor uma finalidade.

Segundo Yin (2001, p. 22-23), o estudo de caso pode ser utilizado nas mais diversas situações, como a seguir:

"(...) política, ciência política e **pesquisa em administração pública**; sociologia e psicologia comunitária; estudos organizacionais e gerenciais; **pesquisa de planejamento** regional e **municipal, como estudos de** plantas, **bairros** ou instituições públicas; supervisão de dissertações e teses nas ciências sociais - disciplinas acadêmicas e áreas profissionais como administração empresarial, ciência administrativa e trabalho social (grifo nosso)".

Ainda seguindo tal raciocínio, o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando não há limites claros entre o fenômeno e o contexto, o que se aplica perceptivelmente à questão da segregação socioespacial e ambiental no bairro Beira Rio. A investigação de estudo de caso é especialmente indicada em situações onde há muitas variáveis de interesse e se baseia em várias fontes de evidência, favorecendo-se do uso de proposições teóricas prévias para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro instrumento de planejamento urbano desenvolvido para o município da área de estudo foi localizado no acervo bibliográfico da SEI, em Salvador, bem como na 2ª Superintendência da CODEVASF, em Bom Jesus da Lapa, ficando esse último acervo como opção para consulta diária, foi o "Anteprojeto para extinção da favela de Bom Jesus da Lapa", elaborado em 1974 pela então Superintendência do Vale do São Francisco, vinculada ao Ministério do Interior da época.

Esse estudo faz referência ao atual bairro Nova Brasília, que naquele tempo era considerado um aglomerado urbano situado na área portuária da cidade, onde os períodos de chuvas intensas provocavam a inundação da área, trazendo transtornos sociais, ambientais e econ micos para todos. A soluço sugerida nesse Anteprojeto foi o deslocamento dessas famílias para um novo conjunto habitacional construído a 1.500 metros de distância da área portuária, que foi a única saída encontrada para resolu o desse problema naquele momento.

Conforme citado no Anteprojeto, o desencadeamento dos meios de repressão e controle da expansão da favela culminou no bloqueio físico da área devido às fortes chuvas que precipitaram em Bom Jesus da Lapa no dia 16/11/1973, atingindo 100 mm de pluviosidade em apenas 03 (três) horas e deixando cerca de 200 (duzentas) famílias desabrigadas. A grande maioria foi transferida para quatro prédios públicos fora de uso e um número reduzido migrou para residências de familiares.

Na busca por uma soluço, a Prefeitura Municipal doou uma área para acomoda o inicial de 252 famílias desabrigadas, onde foram construídas casas populares que serviram para remediar um problema complexo e de forma temporária.

Isso porque, mesmo com o risco de tragédias anunciadas, muitas famílias voltaram a ocupar suas antigas residências assim que as águas do São Francisco recuavam ao seu leito natural. Tal fato se deu por conta de alguns fatores identificados e observados, com destaque para os dois seguintes: primeiro, a "nova morada" era distante da área portuária, detalhe que se tornou um grande obstáculo para a permanência das famílias nas casas novas, tendo em vista que muitas pessoas tinham dificuldades no deslocamento para o centro da cidade ou próximo ao rio, locais onde desempenhavam seus trabalhos diários, e; segundo, o fator cultural, que tinha grande impacto na vida das pessoas que já ocupavam a área portuária há muitos anos, não são pela questão do tempo, mas principalmente, pelos laços criados

ao longo dos anos com vizinhos, amigos, familiares, bem como dos comércios estabelecidos, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao lugar e a segurança da posse do terreno. Esse talvez seja o fator mais complexo, pois envolve ao mesmo tempo a certeza da posse e a sensação de fazer parte do lugar.

Na elaboração do instrumento em voga foi realizado um levantamento da população desabrigada, a partir do qual foi constatado que aproximadamente 40% dos homens trabalhavam na construção civil, sendo que destes, grande parte trabalhou na obra para a construção do cais de pedra e concreto, que se inicia próximo ao morro e termina no acesso a Avenida Manoel Novais, erguido por volta de 1947. Tal fato provavelmente contribuiu para a ocupação da área. Um número ainda maior de desabrigados indicou a agricultura como principal atividade de sustento, restando menos de 5% se ocupando com atividades relacionadas com o rio. Esses dados desmistifica, ao menos em parte, a ideia de que as ocupações as margens dos rios são feitas por pescadores ou trabalhadores que utilizam dos recursos próximos ao rio para garantir a subsistência.

Alguns fatos, considerados graves, foram apresentados para justificar o deslocamento da favela, a saber:

1. A inexistência de qualquer sentido organizacional da favela, desprovida de logradouros, saneamento, energia elétrica, aliada a total falta de higiene das habitações faveladas;
2. O desinteresse da população em participar e contribuir para a melhoria das condições ambientais, provavelmente com receio de ser forçada a abandonar a área ocupada indevidamente;
3. A censura social existente, fundamentada no fato de boa parte da população feminina se constituir de mães solteiras, fazendo com que a população infantil represente mais de 70% da população favelada;
4. O risco permanente a que está sujeita a população infantil, principalmente no tocante a doença de Chagas, malária e doenças intestinais.

Para relocação das famílias incluídas na primeira etapa do programa que ficaram desabrigadas, a Prefeitura Municipal doou uma área com aproximadamente 14 ha, que representava um ganho territorial superior a 40% em relação à área ocupada pela favela, visando a acomodação de 252 famílias, sendo garantidas todas as condições necessárias relacionadas a higiene e bem-estar.

Com as famílias retornando aos seus lugares de origem e descumprindo o que foi acordado com a prefeitura, mesmo com todas as tentativas feitas pela SUVALE (posteriormente CODEVASF) no sentido de remover a população para outra área, pode-se afirmar, enfim, que o primeiro instrumento elaborado com o intuito de planejar a ocupação urbana de Bom Jesus da Lapa não obteve êxito na sua finalidade, tendo

em vista o insucesso na tentativa de extinguir uma favela na área portuária e urbana do município. Essa mesma área futuramente foi contemplada em outro instrumento de planejamento urbano, o Plano de Urbanização de Nova Brasília e Vietnã, em 1978, fato que será relatado mais adiante.

O próximo instrumento foi o Plano de Desenvolvimento Urbano, de 1976. Esse estudo objetivou um alcance maior, analisou diversos aspectos de serviços públicos ofertados a população. Entre os oito serviços citados no PDU de 1976, três tem relação direta com o rio São Francisco: abastecimento de água, tratamento de esgoto e transporte fluvial.

De acordo com o que consta no PDU de 1976, levou-se em consideração para a sua conclusão e a consolidação a visão crítica e a experiência de vida das lideranças mais representativas do município, com o intuito de buscar contribuições significativas direta ou indiretamente.

Para tanto, foi observada a infraestrutura física da cidade, com destaque ao funcionamento dos principais serviços públicos ofertados a cidade, em diversos aspectos:

- a. Abastecimento de água: captação, tratamento, reserva e distribuição;
- b. Esgotos: existência ou não de rede coletora, tratamento e destino final;
- c. Energia elétrica: distribuição e condições gerais de funcionamento do sistema;
- d. Transporte: rodoviário, aéreo, fluvial, urbano e interurbano;
- e. Comunicações: telefone, correio, telégrafo, rádio e televisão;
- f. Limpeza pública: qualidade do serviço existente e identificação das causas de um possível descontrole;
- g. Abastecimento alimentar: matadouro, feiras e mercado com localizações adequadas, instalações e higiene;
- h. Cemitério: localização adequada, capacidade prevista e administração.

Durante a investigação documental deste PDU, foi possível observar que, embora se buscasse um entendimento sobre a infraestrutura física da cidade e o funcionamento dos principais serviços públicos, a elaboração desse documento foi também a primeira tentativa de planejamento e urbanização do bairro Nova Brasília. Contudo, foi priorizada a criação de marcos regulatório em diversos segmentos no município, tais como: estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, regimento interno, organização do quadro de pessoal, estatuto dos funcionários públicos, código de obras e código de posturas, tornando a gestão administrativa vinculada a um arcabouço legal.

O abastecimento de água foi estudado sob quatro aspectos: o primeiro foi a captação, cujo ponto variava conforme as cheias e secas do Velho Chico, do qual dependiam também os investimentos; o segundo aspecto foi o tratamento, visando eliminar partículas e outros elementos contaminantes encontrados na água do rio; em terceiro lugar se analisou a reserva de água. Esse aspecto levava em consideração a preocupação com o crescimento da população e a garantia de não faltar água para o abastecimento humano; em uma quarta análise foi considerada a distribuição, tendência sempre crescente, principalmente, numa cidade pólo como Bom Jesus da Lapa, com o movimento da romaria aumentando ano a ano, o que aumentou também a responsabilidade do município em ampliar sua distribuição de água para que pudesse chegar a diversos cantos da cidade.

O esgotamento foi estudado sob três perspectivas: a primeira foi a determinação da existência ou não de rede coletora; em seguida se verificou o tratamento dos efluentes e por último a determinação do destino final dos dejetos tratados.

O último serviço estudado foi o transporte fluvial, atividade que sempre dependeu da situação do rio São Francisco. Nesse período, o rio ainda era utilizado para o transporte de mercadorias, de pessoas entre as localidades ribeirinhas e o transporte de veículos na travessia para o lado esquerdo do rio, anterior a construção da ponte com 1.180 metros de comprimento, inaugurada em 1991.

A romaria foi outra vertente que motivou a elaboração desse PDU. Valendo-se de costumes antigos e tradicionais, parte da população afeita lucros significativos alugando suas próprias casas aos romeiros ou mesmo vendendo-lhes refeições, alugando pontos em frente as residências ou comércios para montagem de barracas ou estendimento de lonas, buscando a exposição de mercadorias e produtos para comercialização. O centro carecia de espaço e organização para receber os romeiros visitantes.

Em outras palavras, a cidade precisava expandir e o PDU teve como principal objetivo nortear o crescimento do município. Houve também outra razão para elaboração desse estudo, a implantação do Projeto de Colonização Serra do Ramalho, onde foram assentados grande parte dos atingidos pela represa que formou o Lago de Sobradinho.

Em parte, o referido PDU cumpriu o seu papel: sinalizou a expansão de ocupação do lado esquerdo do rio, criou um arcabouço legal que propiciou uma gestão administrativa voltada pra legalidade e direcionou o caminho da melhoria dos serviços públicos ofertados a população, embora os governantes não tenham feito bom proveito desse instrumento norteador em diversas áreas e aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano.

Em 1978 a gestão pública voltou seus olhos novamente para o planejamento da área portuária, quando o Governo do Estado, por meio da Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (FUNDESCO), elaborou o Plano de Urbanização de Nova Brasília e Vietnã, instrumento originado a partir de

uma nova linha adotada pelo Governo do Estado na tentativa de recuperação e urbanização de favelas, mas que também foi fruto do reconhecimento do fracasso do Anteprojeto que visava a extinção da favela de Bom Jesus da Lapa (atual bairro da Nova Brasília).

O Plano de Urbanização de Nova Brasília e Vietnã levantou o debate sobre as possibilidades de se urbanizar ou remover favelas. Foi nessa linha de pensamento que a equipe técnica responsável pela elaboração do plano assumiu a posição de que, estando à situação física da favela sem oferecer risco aos moradores, o procedimento indicado seria a urbanização, compreendida como um conjunto de medidas destinadas a tornar habitáveis essas comunidades. O referido plano é parte integrante do Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana de Bom Jesus da Lapa, componente do POLONORDESTE, que buscou atender a um dos requerimentos do Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade, estudo esse que foi concluído e finalizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os aspectos fundamentais desse Plano estão amparados na regularização da posse dos terrenos ocupados pelos moradores, na implantação de infraestrutura básica, na instalação de equipamentos e serviços necessários a população, bem como, na regulamentação do uso do solo.

Em sua elaboração foram destacados os princípios fundamentais que nortearam o processo de planejamento em sua totalidade. São eles:

- a. Integração da comunidade à cidade mediante a utilização recíproca (cidade/comunidade) dos equipamentos e serviços instalados e em instalação, visando a utilização mais racional dos recursos urbanos: neste aspecto, a integração da comunidade com a cidade foi realizada de forma precária devido a alguns fatores de complexa resolução, como a existência de terrenos desuniformes, casas adensadas, inexistência de quadras definidas, ruas extramente estreitas (algumas, inclusive, permitindo apenas a passagem de um único veículo de cada vez) e a inexistência de área pública para construção de equipamentos urbanos. Apesar de todas essas dificuldades relatadas, a comunidade foi contemplada com um posto de saúde e um mercado do peixe;
- b. Execução das obras de infraestrutura e saneamento básico, visando possibilitar a melhoria das condições ambientais, assim como demonstrar o envolvimento dos poderes públicos no desencadeamento do processo de transformação das condições locais de vida: o saneamento básico é visto por muitos de forma isolada, sendo entendido apenas como tratamento de esgoto e não se percebendo os outros três pilares que sustentam o saneamento básico. A limpeza e coleta dos resíduos sólidos são realizados normalmente; o problema está na destinação final, pois a cidade até os dias atuais ainda tolera a utilização de lixão a céu aberto, fato que demonstra

total desrespeito e descompromisso do poder público com os moradores e com o meio ambiente. O abastecimento de água potável e o tratamento do esgoto não deixam a desejar, tendo inclusive a localização da sede operacional do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) (autarquia municipal responsável pelo tratamento de esgoto e abastecimento de água potável) no próprio bairro da Nova Brasília. Um grande problema que se destaca não só nesse bairro, como também em toda cidade é a inexistência de drenagem de águas pluviais, deficiência que traz transtornos para muitos bairros pobres e até mesmo para a classe média;

- c. Participação da comunidade no programa por meio do comprometimento direto com o seu desenvolvimento, principalmente no que tange a oferta de força de trabalho suficiente para execução de determinadas etapas, bem como para manutenção dos resultados obtidos naquelas etapas já concluídas: quanto a este critério, houve comprometimento na execução de algumas etapas;
- d. Compatibilização do Plano com a renda familiar dos moradores, evitando-se assim alguns insucessos já conhecidos na área habitacional, implicando dessa forma na redução de custos operacionais: a compatibilização do plano com a renda familiar dos moradores conseguiu alcançar seu objetivo;
- e. Definição plena da propriedade do terreno, de modo a oferecer ao morador a segurança necessária para investir na melhoria da habitação: alguns anos depois os moradores ganharam o direito de propriedade, podendo investir com mais segurança na melhoria da habitação;
- f. Manutenção do morador na própria área objeto da intervenção, em face da proximidade do mercado de trabalho, haja vista que a ocupação inicial dessas áreas ocorre, quase sempre, em função das possibilidades de emprego permanente ou não e das facilidades de uso dos recursos comunitários adjacentes: esse princípio obteve grande êxito, pois os moradores reforçaram ainda mais o sentimento de pertencimento ao lugar, os laços familiares, de amizades e ainda tiveram toda a logística de acesso ao mercado de trabalho facilitada;
- g. Entendimento da comunidade em estudo como um sistema, com valores e padrões próprios, não podendo ser compreendida por meio da utilização de padrões urbanísticos e socioeconômicos empregados para o estudo de comunidades economicamente estáveis: esse princípio é de difícil análise, pois não houve contato com a equipe técnica responsável pela elaboração e implementação do plano.

Na conclusão do Plano de Urbanização para Nova Brasília e Vietnã era esperado que além do oferecimento de uma linha de procedimentos inovadores, ao menos no âmbito do Estado da Bahia, voltados à recuperação de duas áreas subnormais de

habitação, também ocorresse a demonstração de uma metodologia de intervenção em áreas com essas características apresentadas, devendo a mesma ser testada e avaliada.

Alguns aspectos fundamentais desse plano foram cumpridos, enquanto outros falharam claramente: a regularização da posse dos terrenos ocupados pelos moradores foi exitosa; a implantação de infraestrutura básica forneceu o abastecimento com água potável, o tratamento de esgoto, o serviço de fornecimento de energia elétrica e a limpeza dos logradouros públicos, faltando ainda a drenagem eficiente das águas pluviais, pois toda água precipitada no bairro Nova Brasília é escoada por gravidade até um canal a céu aberto que conduz a Lagoa do bairro Beira Rio, comprometendo até os dias atuais a qualidade de vida na área a jusante e favorecendo a ligação clandestina de esgoto das residências sem regularização.

Os equipamentos e serviços necessários a população ainda não foram contemplados na integralidade, visto que o adensamento do bairro não possibilita a implantação de alguns equipamentos que necessitam de espaço. No que tange a regulamentação do uso do solo, esta foi tipificada e contemplada em outro instrumento de planejamento urbano que será avaliado mais adiante.

Contudo, a avaliação desse instrumento deixa claro que as demandas elencadas nesse documento foram executadas parcialmente, valendo ressaltar que não houve o cumprimento na integralidade por falta de comprometimento do poder público, descasos com serviços públicos e necessidades básicas coletivas que perduram até os dias atuais. Tal afirmação poderá ser melhor detalhada no último e mais recente instrumento analisado.

Para melhor ilustrar o que foi relatado a partir dos três documentos analisados acima, será demonstrado abaixo por meio de uma imagem de satélite (Figura 5), o perímetro urbano de Bom Jesus da Lapa, criado pelo Plano Diretor que foi aprovado em 2010. Porém, a imagem analisada retroage ao dia 30/12/1984, mantendo as mesmas dimensões do PDU de 2010.

Na Figura 5, a linha amarela evidencia os contornos do perímetro urbano; o destaque menor, interno e em vermelho, próximo ao rio corresponde à delimitação do bairro Beira Rio e em azul, sobreposta à margem vermelha, está sinalizada a lagoa com sua área de drenagem natural. Apesar da baixa qualidade na resolução da imagem, é possível notar a inexistência de água na área destinada à Lagoa.

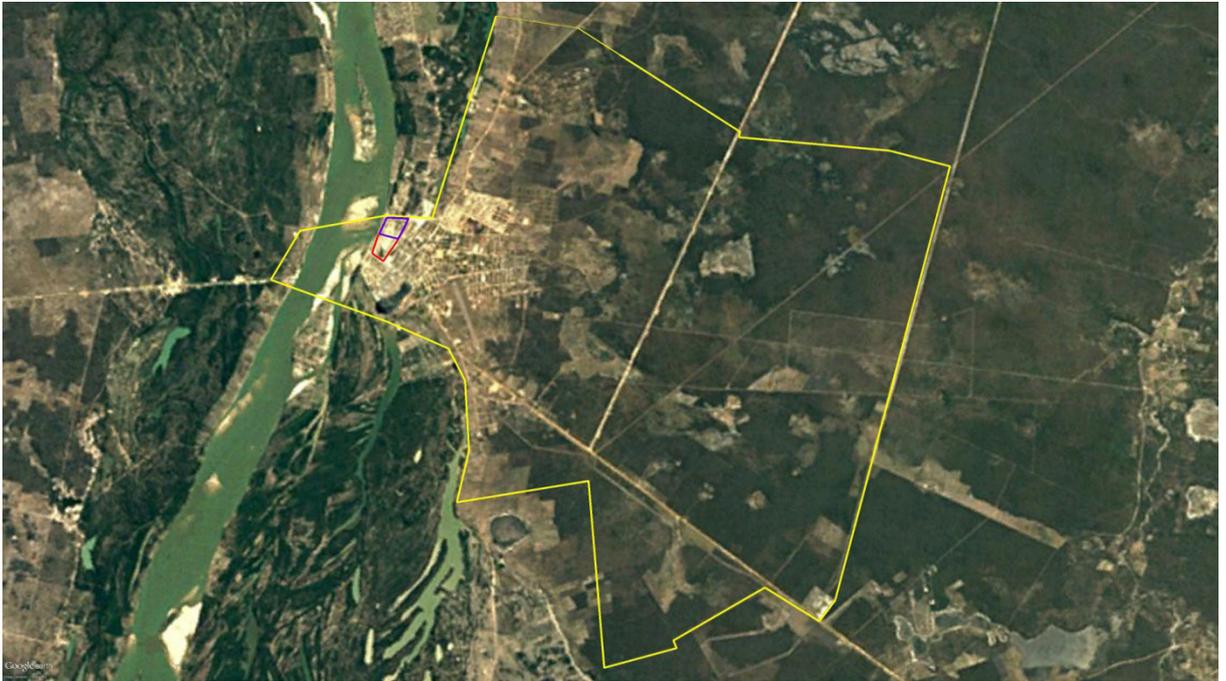


Figura 5: Imagem de satélite do perímetro urbano de Bom Jesus da Lapa capturada em 30 de dezembro de 1984

Fonte: *Google Earth*

A lagoa Beira Rio foi criada a partir de escavações para retirada do material utilizado na construção do dique, servindo para proteger a cidade das cheias do rio São Francisco, que nos anos de 1979 e 1980 inundou da orla até o centro de Bom Jesus da Lapa. Até então, a cidade só tinha um cais de pedras argamassadas, construído por volta de 1946 e que se estendia desde a esplanada da gruta do Bom Jesus, contornando o bairro Nova Brasília e terminando onde hoje fica o final da Avenida Manoel Novais.

Em 1980 a cidade já tinha se expandido além do cais de pedras, passando pelos bairros Vietnã e Cavalhadas, que foram submersos nessa mesma enchente.

Foi então construído o dique de terra prolongando o cais de pedras até a lagoa do São Miguel (localizada ao fundo da lagoa Beira Rio, fora do perímetro urbano). No local da retirada do solo criou-se uma lagoa que receberia as águas pluviais da cidade. Foi construído um canal de drenagem ligando o bairro Nova Brasília à essa lagoa, fazendo parte da obra também a construção de uma comporta com fluxo duplo da lagoa pro rio.

Tanto o canal quanto a comporta foram mal usados e, conseqüentemente, perderam suas funções. O canal vem recebendo esgotos domésticos e lixo sólido, o que provoca transbordamento nos períodos de chuvas.

A comporta foi bloqueada com concreto, tendo sido implantado um conjunto de bombas que continuamente drenam a lagoa diretamente para o rio São Francisco.

Com a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) na cidade, foi reduzida a emissão de esgoto no canal e na lagoa, mas ainda existem muitas residências em situações irregulares, realizando a ligação clandestina do esgoto

direto no canal, principalmente no bairro Beira Rio, onde as fotografias seguintes (Figuras 6 e 7) poderão ilustrar bem essa situação.



Figura 6: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando o despejo de esgoto a céu aberto em canais que seguem diretamente para a lagoa

Fonte: acervo do autor

Na Figura 6 pode-se visualizar o início do canal dentro do bairro Beira Rio, na margem da Avenida Manoel Novais. Nesse trecho, o canal já recebeu toda a drenagem, inclusive o esgoto, do bairro Nova Brasília e de outros bairros que se encontram a montante da lagoa. O canal adentra o bairro até encontrar a lagoa, onde muitos dejetos são misturados e acumulados, comprometendo a saúde e a qualidade de vida das pessoas que residem nas proximidades.



Figura 7: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando o despejo de esgoto a céu aberto em canais que seguem diretamente para a lagoa e são margeados por residências

Fonte: acervo do autor

Na imagem acima (Figura 7), podemos visualizar claramente a construção de casas às margens do canal de drenagem de águas pluviais, sem nenhum tipo de fiscalização, fazendo com que, na prática, o canal tenha se tornado um verdadeiro dreno de esgoto a céu aberto. Essa chocante cena permeia e atravessa todo o bairro e, apesar de poder provocar tristeza a quem simplesmente ver a imagem, para os moradores acabou se tornando um quadro comum, inclusive fazendo parte de um cenário real e ao mesmo tempo fantasioso no imaginário das crianças que brincam no seu entorno.

Na próxima imagem de satélite (Figura 8), capturada no dia 30/12/1994, é possível observar com nitidez, apesar da baixa qualidade na resolução devido a sua dimensão, o volume de água represada na lagoa.



Figura 8: Imagem de satélite do perímetro urbano de Bom Jesus da Lapa capturada em 30 de dezembro de 1994, com destaque para o represamento de água na lagoa do bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

É importante ressaltar que as imagens distam em exatos 10 anos entre si e das poucas semelhanças que mantêm, a principal é a manutenção do traçado do perímetro urbano definido no PDU de 2010. Ademais, se diferem bastante, principalmente no tocante ao volume de água da lagoa observado na imagem de 1994, haja vista que na imagem de 1984 não havia nenhum volume de água na referida lagoa. Tal fato pode ser explicado pelo histórico de desenvolvimento do bairro: a escavação que deu origem a lagoa foi realizada pouco tempo antes dessa imagem, ou seja, ainda não havia tido tempo suficiente para criar volume de água no local da escavação, que alguns anos depois deu origem a lagoa Beira Rio.

Em 1998, foi elaborado um novo Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa. A CODEVASF foi responsável pela contratação da empresa responsável, que elaborou o estudo como uma contrapartida ao município pelo direito de implantar o perímetro irrigado do projeto formoso com captação de água do Rio Corrente.

Esse PDU foi concebido com o objetivo principal de promover o ordenamento do crescimento da cidade por meio de adoção de medidas e diretrizes adequadas que possibilitem a correta gestão urbanística.

Foram avaliados dois objetivos setoriais de caráter territorial: preservação das características ambientais das margens fluviais e das zonas úmidas e a proteção dos elementos do meio físico e natural que possuem valor de interesse geral, sejam ecológicos, paisagísticos, ambientais, entre outros, assim como as diretrizes de uso e ocupação do solo no que se refere as zonas de proteção e preservação, onde se enquadram o morro do Bom Jesus e as margens do Rio São Francisco.

Foi constatado por meio de investigação documental e pelo conhecimento

empírico que não houve efetivação dos objetivos setoriais citados acima, assim como das diretrizes de uso e ocupação do solo, que remetem a proteção e preservação do morro e das margens do rio São Francisco. Após a aprovação desse Plano Diretor, algumas edificações foram erguidas e outras ampliadas no entorno do morro, contribuindo com a poluição visual e conseqüente impacto ambiental advindo do adensamento populacional e ocupações irregulares, contradizendo o que determina o referido documento.

Com o mesmo descaso (em referência a continuidade da segregação socioespacial e ambiental), foram tratadas as margens do Velho Chico, cada vez mais assoreado e sem proteção dos barrancos com a vegetação nativa que deveria estar cobrindo as áreas de preservação permanente e garantindo a permeabilidade do solo. Muitas áreas cultivadas se estenderam até as margens do rio, inclusive com tomadas de água sem as devidas autorizações dos órgãos competentes.

A imagem de satélite (Figura 9) que será apresentada a seguir foi capturada no dia 30/12/2002. A partir desse ano, as imagens ganharam uma resolução com qualidade bem superior a das anteriores, possibilitando inclusive a aproximação da imagem, buscando uma melhor visualização do bairro Beira Rio e sua lagoa.



Figura 9: Imagem de satélite do perímetro urbano de Bom Jesus da Lapacapturada em 30 de dezembro de 2002

Fonte: *Google Earth*

Na Figura 9 é possível identificar a cheia do rio São Francisco, que se aproximou bastante da para do Beira Rio, ficando notória a observação do volume significativo de água acumulada na lagoa. Tal percepção pode ser acurada na ilustração a seguir.



Figura 10: Imagem de satélite de Bom Jesus da Lapa capturada em 30 de dezembro de 2002 com destaque para o bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

A imagem anterior (Figura 10) evidencia a localização do canal de drenagem do bairro Nova Brasília, que corta toda a área do Beira Rio com inúmeras ligações de esgoto residencial correndo a céu aberto e tendo como local de lançamento final a lagoa desse bairro. A próxima imagem trará uma maior aproximação da área do entorno da lagoa para uma percepção mais eficaz.



Figura 11: Imagem de satélite de Bom Jesus da Lapa capturada em 30 de dezembro de 2002 com destaque da lagoa do bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

A aproximação da imagem (Figura 11) permite notar com mais facilidade o adensamento das moradias na região e a proximidade de muitas casas com a lagoa

que vem servindo de local de acúmulo das águas pluviais drenadas e de ligações de esgoto clandestinas, comprometendo a saúde e o bem estar das pessoas que ali residem.

Em 2010 foi aprovado o PDU que se encontra vigente até os dias atuais, tendo sido intitulado de "instrumento normativo da política de desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável do município".

A análise inicial desse documento abordou um dos seus princípios, a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. Para tanto, foi realizada uma investigação documental na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, onde foi encontrado apenas um projeto para implantação de um viveiro local, com a finalidade de recuperar as matas ciliares no município. Ademais, não foi localizado nenhum programa ou projeto executado ou em execução que favoreça concretamente o alcance da conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais.

Um dos objetivos do PDU é a promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, contemplando a equidade social, a melhoria da qualidade de vida e a conservação e valorização dos recursos naturais e culturais, o que, conforme será demonstrado mais adiante em uma avaliação apurada, não foi alcançado através da gestão pública, haja vista a atual situação de segregação socioespacial e ambiental do bairro Beira Rio e sua lagoa, localizada às margens do rio São Francisco.

No intuito de permitir um diagnóstico mais criterioso das mudanças propostas pelo PDU em análise, foi obtida uma imagem de satélite (Figura 12) capturada no mesmo ano da aprovação desse referido documento para que haja mais consistência na discussão referente aos instrumentos implementados nos últimos 06 anos de vigência do atual PDU.



Figura 12: Imagem de satélite de Bom Jesus da Lapa capturada em 30 de dezembro de 2010, ano da aprovação do atual Plano Diretor Urbano, com destaque para o bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

Nessa imagem é possível notar a expansão desordenada do bairro Beira Rio, principalmente no entorno da lagoa. Vale recordar que na primeira imagem apresentada, referente ao ano de 1984, ainda não havia nenhuma ocupação de casas na área, provavelmente por conta do susto causado pela enchente de 1979 e início de 1980. Já na imagem de 1994, é possível observar o início da ocupação irregular, já totalmente consolidada no ano de 2010, conforme comprova a imagem acima. Serão apresentados também registros fotográficos do local em março de 2017, comprovando esse fato a partir da presença de equipamentos urbanos e escola municipal no referido bairro.

Foi realizada uma aproximação (Figura 13) da imagem de satélite anterior (Figura 12) para oferecer uma maior riqueza de detalhes da lagoa e seu entorno.



Figura 13: Imagem de satélite de Bom Jesus da Lapa capturada em 30 de dezembro de 2010, ano da aprovação do atual Plano Diretor Urbano, com destaque para o bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

Na Figura 13 é facilmente perceptível o crescimento vertiginoso de moradias em áreas inadequadas e com sérios riscos de alagamento, fato que efetivamente ocorreu nos anos seguintes com as intensas chuvas que precipitaram sobre a cidade, levando muitas famílias a ficarem desabrigadas por um período.

Merece destaque o fato de que essa inadequação da ocupação do local é algo resguardado por lei, haja vista que a análise documental do PDU, mais especificamente de seus anexos (que tratam da qualidade ambiental da área urbana, drenagem e esgotamento sanitário, indicação de áreas para recuperação e monitoramento ambiental, áreas especiais e projetos, qualidade ambiental da área urbana, drenagem e esgotamento sanitário, indicação de áreas para recuperação e monitoramento ambiental, áreas especiais e projetos) resguardam a área do bairro

Beira Rio da ocupação e urbanização.

O anexo 07 do PDU aborda as questões referentes à qualidade ambiental da área urbana, delimitando unidades geoambientais, intervenções antrópicas, áreas de conflito e risco, áreas de servidão e domínio, áreas de preservação permanente e a cartografia.

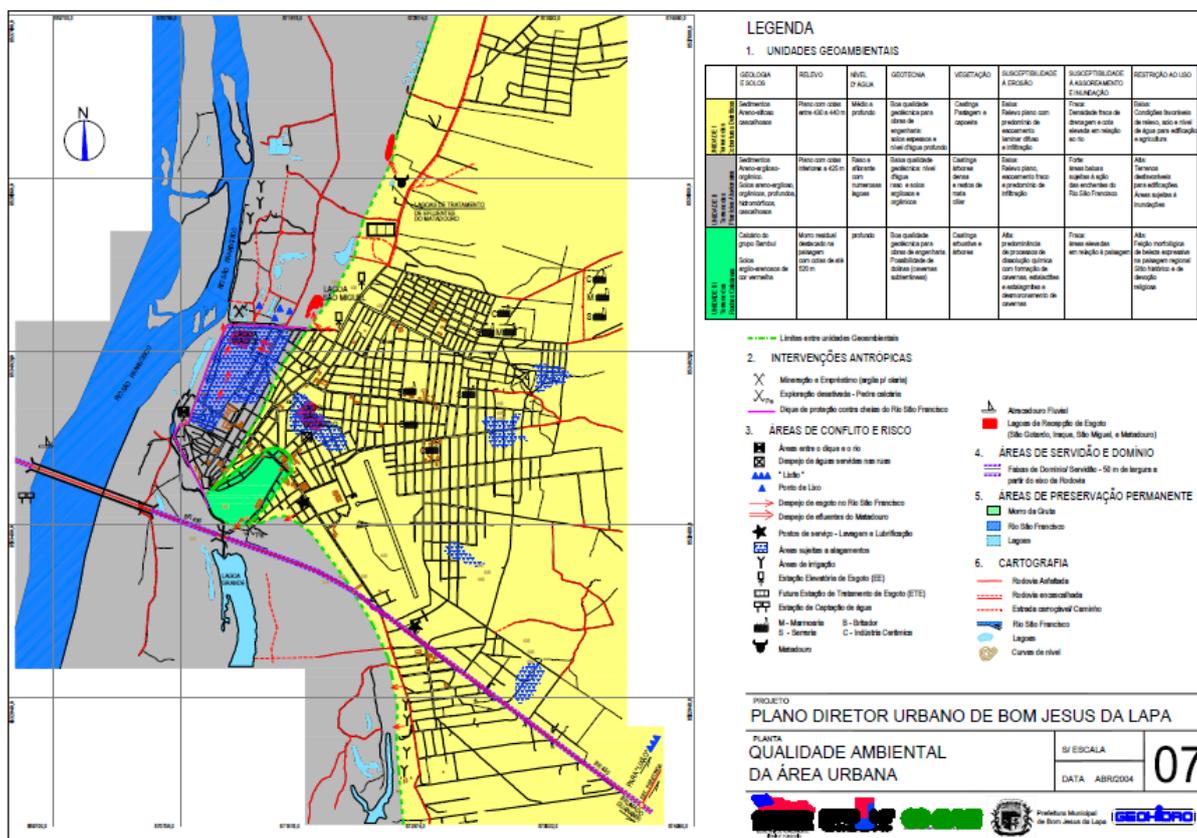


Figura 14: Planta de qualidade ambiental da área urbana - 07

Fonte: PDU (2010)

Esse anexo (Figura 14) trata da qualidade ambiental da área urbana e em sua planta pode-se notar o bairro Beira Rio bem próximo ao rio São Francisco, todo hachurado de azul. Sua legenda o identifica como áreas sujeitas a alagamento, contradizendo outras plantas ilustradas em demais anexos do PDU que serão apresentadas mais adiante.

O anexo 08 traz informações acerca do Sistema de Esgotamento Sanitário (em implantação no ano de 2010), drenagem com tratamento de esgoto, despejo de efluentes do matadouro (que se encontrava fora de operação), canal de drenagem, estação elevatória de esgoto, futura estação de tratamento de esgoto, estação de captação de água e a cartografia.

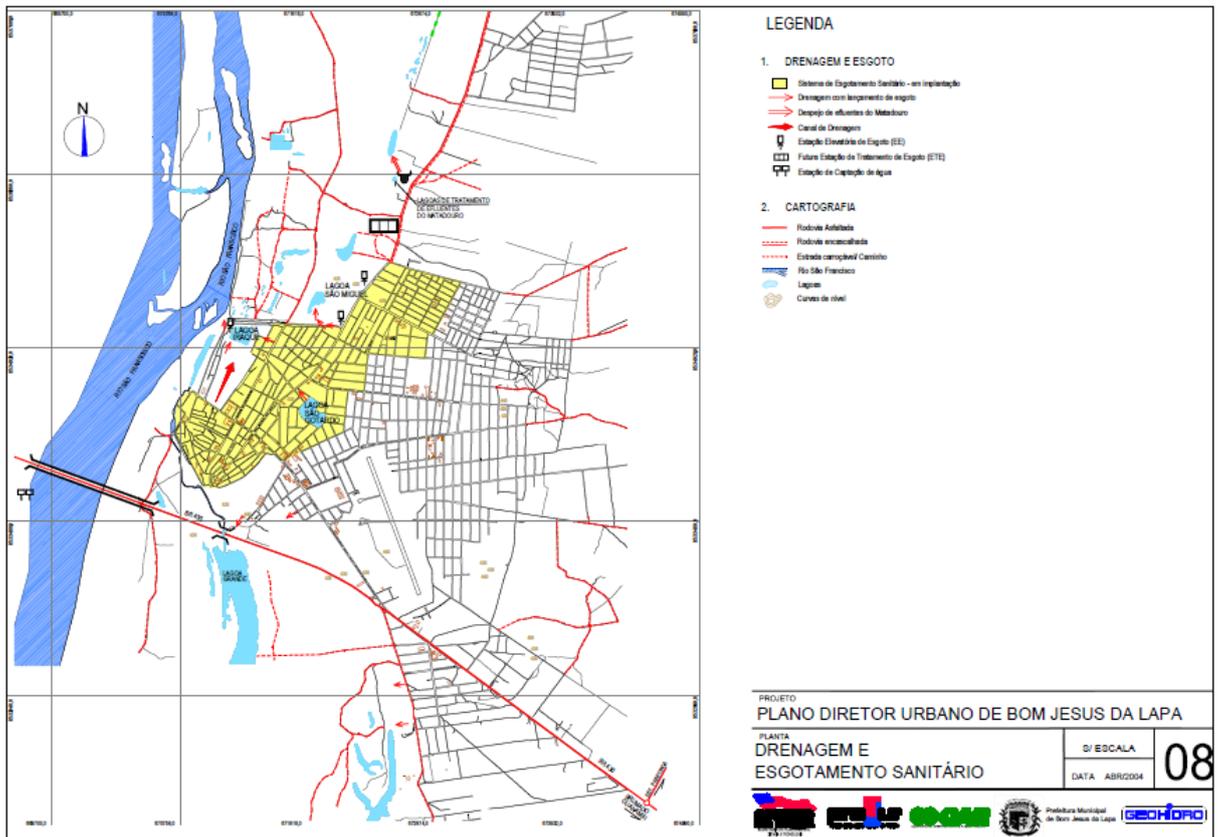


Figura 15: Planta de drenagem e esgotamento sanitário - 08

Fonte: PDU (2010)

No anexo 08 ilustrado acima (Figura 15) fica clara a localização da lagoa e a indicação do canal de drenagem que atravessa toda área do Beira Rio. As áreas destacadas em amarelo representam os locais onde estavam sendo executadas as obras de esgotamento, ficando excluído desse planejamento o bairro objeto do estudo.

O anexo 19 (Figura 16) trata da indicação de áreas para recuperação e monitoramento ambiental. Como pode-se observar na imagem abaixo, a área que corresponde ao bairro Beira Rio também está caracterizada como área sujeita a alagamento, contradizendo o estudo que será apresentado no anexo a seguir.

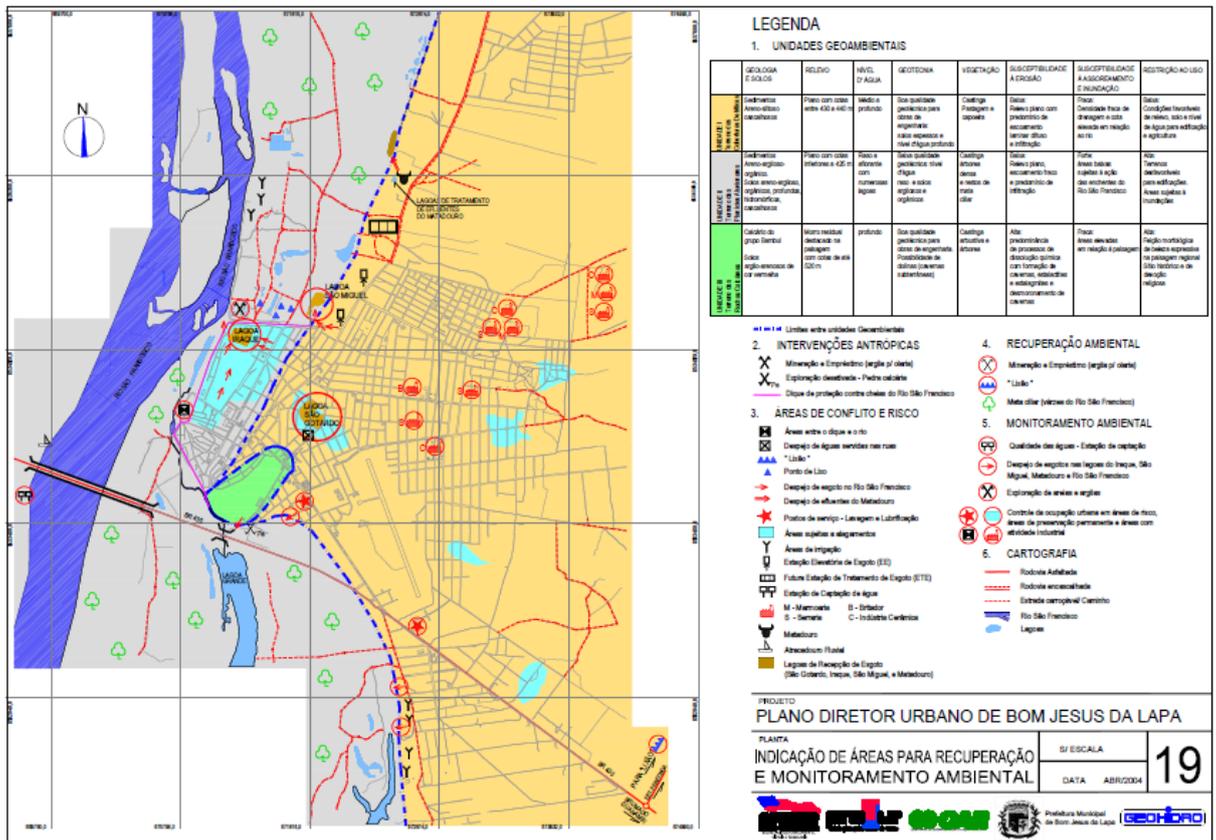


Figura 16: Planta de indicação de áreas para recuperação e monitoramento ambiental - 19

Fonte: PDU (2010)

O anexo 21 (Figura 17) trata das áreas especiais e projetos. Nesse documento foi feito um zoneamento buscando identificar áreas com potencial e necessidade de urbanização. Contraditoriamente ao que foi apresentado nos anexos anteriores, no anexo 21 a área destinada ao bairro Beira Rio ficou zoneada com o código P04 que é destinada a qualificação urbanística e ambiental e P07 que contempla intervenção paisagística e projeto de apoio ao romeiro. Vale ressaltar que nesse anexo foi ignorado o risco de alagamento dessa área, manifestando-se a vontade política de manter os ocupantes em áreas comprovadamente de risco para a vida humana e que acarreta em prejuízos ambientais.

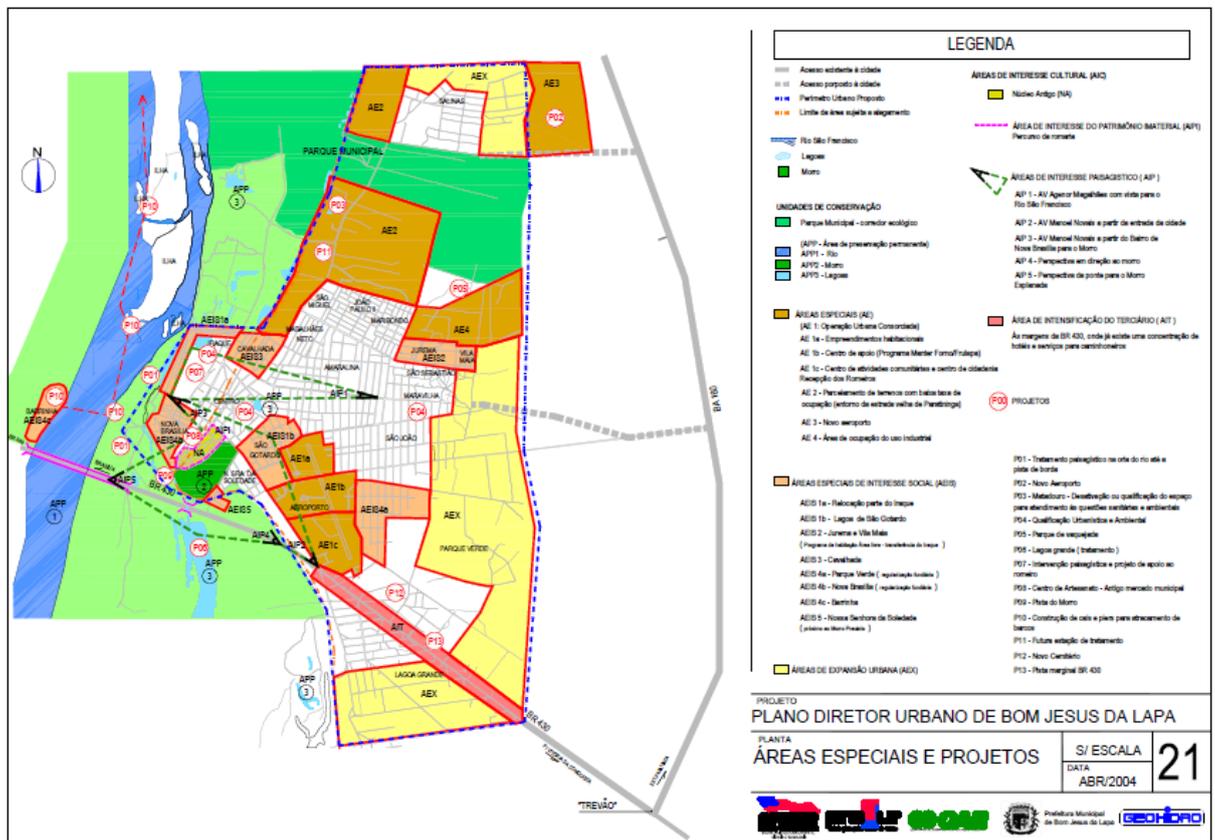


Figura17: Planta de áreas especiais e projetos - 21

Fonte: PDU (2010)

O passo seguinte na investigação do PDU foi a avaliação dos quatro eixos temáticos de desenvolvimento municipal:

- Estratégia de Estruturação Ambiental Urbana que trata do fortalecimento da posição econômica do município na região e a melhoria da estruturação físico territorial da área urbana, fortalecendo também um Sistema de Áreas Verdes: não foi encontrado nenhum registro comprovando a existência ou criação de áreas verdes;
- Estruturação do Sistema Municipal de Planejamento Urbano Ambiental, envolvendo a criação de instâncias e responsabilidades pela promoção do planejamento urbano e ambiental do município: foi identificada a criação da Secretaria Municipal de Planejamento, bom como a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- Projetos Prioritários (com a participação e decisão da comunidade) - estrutura, componentes e instrumentos: nenhum projeto foi encontrado com a participação e decisão da comunidade nos registros das Secretarias de Planejamento e do Meio Ambiente;
- Minutas e Anteprojetos de Lei: nada foi encontrado executado ou em execução, cuja finalidade fosse beneficiar o bairro em estudo ou o rio São Francisco.

Nessa análise é possível notar que não houve aplicabilidade dos eixos temáticos quanto a conservação e preservação dos recursos naturais, com exceção da criação das Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente.

No artigo 18 foi mencionada a implantação de uma Hidrovia do rio São Francisco, buscando integrar o município aos espaços regionais. Na investigação ficou comprovado que não houve efetivação de tal hidrovia ou sequer algum estudo elaborado nesse sentido. Já artigo 19 foi contemplado com oito parágrafos que compreendem a consolidação das características ambientais regionais e locais, tendo sido estruturado e analisado com a seguinte constatação:

- a) Criação do Órgão de Planejamento e do de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa: ficou comprovada a criação de ambas secretarias;
- b) Institucionalização do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa: o conselho foi criado institucionalmente;
- c) Institucionalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa: o fundo foi criado institucionalmente;
- d) Elaboração do Plano de Meio Ambiente do Município de Bom Jesus da Lapa: ainda não foi elaborado;
- e) Conservação do Parque do Rio das Rãs, Corrente e São Francisco: não foi comprovada a existência documental de nenhum dos três parques citados;
- f) Criação do Parque da Cidade: não foi encontrado registro a respeito da criação do Parque da Cidade;
- g) Parques arborizados nos Bairros: nenhum registro foi encontrado sobre parques arborizados nos bairros;
- h) Arborização de Praças e Ruas: foram plantadas em torno de 1700 mudas nas ruas e avenidas da cidade, através do projeto Adote uma Árvore.

O artigo 20 contempla a criação da Zona Parque do Rio São Francisco, correspondendo as Zonas que se encontram vulneráveis aos rigores da natureza, e, portanto, inaptas à ocupação urbana, incluindo a planície de inundação do rio São Francisco, o morro do Bom Jesus, os espaços verdes e espaços abertos.

Não ficou comprovada a criação das Zonas citadas acima, valendo ressaltar que o bairro Beira Rio, objeto de estudo dessa pesquisa, se encontra localizado na planície de inundação do Rio São Francisco, conforme pode ser constatada nas imagens de satélite disponíveis nessa investigação, bem como no anexo 07 do referido PDU.



Figura 18: Imagem de satélite do perímetro urbano de Bom Jesus da Lapa capturada em 23 de maio de 2016

Fonte: *Google Earth*

Para uma melhor interpretação da imagem de satélite (Figura 18) apresentada acima, foi necessária uma aproximação maior da área de estudo, principalmente por se tratar da mais recente imagem disponível, datada de 23/05/2016, uma com foco no bairro (Figura 19) e a outra restrita a lagoa e sua área de drenagem no entorno (Figura 20).



Figura 19: Imagem de satélite de Bom Jesus da Lapa capturada em 23 de maio de 2016, com destaque para o bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

Com a resolução obtida na Figura 19 é possível notar a distância do rio para a área de estudo. É válido ressaltar que o baixo volume do rio São Francisco pode ser justificado pela época do ano que foi capturada a imagem, final do mês de maio, período onde a estiagem predomina, provocando o recuo das águas do Velho Chico. Na próxima imagem será possível identificar melhor a lagoa e o adensamento no seu entorno.



Figura 20: Imagem de satélite de Bom Jesus da Lapa obtida em 23 de maio de 2016, com destaque para a lagoa do bairro Beira Rio

Fonte: *Google Earth*

Na Figura 20 é perceptível a ausência de volume proveniente da drenagem pluvial, estando a lagoa praticamente vazia, restando apenas uma mancha escura que pode ser justificada pelo lançamento de esgoto do canal.

As moradias que foram erguidas irregularmente no entorno da lagoa e em outros espaços vazios do bairro, por muitas vezes não apresentam condições de manutenção da dignidade de vida e ainda estão sujeitas ao convívio diário com o lixo espalhado, falta de manutenção e capina, proporcionando a presença de espécies invasoras que atingem grande porte e esgoto correndo a céu aberto, como pode ser observado nas fotografias abaixo.



Figura 21: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando as péssimas condições de residências utilizando destroços para sua construção

Fonte: acervo do autor

A ilustração acima (Figura 21) demonstra um mosaico de recortes de madeira e pedaços avulso de materiais usados, quebrados, enfim, provavelmente de resíduos retirados do lixo, formando uma imagem no mínimo precária para o estabelecimento de uma moradia.

Nesses espaços, muitos conflitos foram criados. Tamanha miséria distante do olhar do poder público foi um convite para a marginalidade. Na pesquisa realizada na 24a DEPOL foram encontradas 95 ocorrências de delitos diversos, tendo sido utilizada a palavra-chave “Beira Rio” em uma de suas buscas. Em outra busca foi utilizada a palavra-chave “Iraque”, nome vulgar da invasão que culminou no bairro Beira Rio, tendo sido encontradas 05 ocorrências de delitos, somando um total de 100 ocorrências policiais de delitos diversos no referido bairro em 2016, diante de um total de 4.500 ocorrências em todo município. Acredita-se, no entanto, que esses dados sejam subamostrados, haja vista que muitos delitos sequer são registrados, deixando, portanto, de constar nas estatísticas oficiais.



Figura 22: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando o despejo de esgoto a céu aberto em área de preservação permanente

Fonte: acervo do autor

A partir da observação da Figura 22, mais uma vez se percebe a situação de descaso e abandono à saúde pública e à qualidade de vida dos moradores, uma vez que a área foi zoneada e denominada como uma ZEIS, com direito a qualificação urbanística, o mínimo que deveria se encontrar no local seria a implantação do saneamento básico por parte do poder público.



Figura 23: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando a disposição inadequada dos resíduos sólidos

Fonte: acervo do autor

A situação da disposição dos resíduos sólidos no município se tornou um problema que atinge a todos devido à falta de tratamento dos resíduos no seu destino final. No município de Bom Jesus da Lapa não existe aterro sanitário ou outro tipo adequado para tratamento do lixo, a cidade ainda faz uso do precário e abominável “lixão a céu aberto”. No bairro Beira Rio essa situação se torna ainda mais agravada (Figura 23) por conta da utilização da lagoa como depósito de lixo, evidenciando, mais uma vez, a falta de cumprimento, em diversos aspectos, do Plano Diretor vigente.

Também foi facilmente constatado que não houve a implantação do sistema de interligação através de uma hidrovía entre Bom Jesus da Lapa e os municípios ribeirinhos vizinhos, assim como não houve a transposição do rio São Francisco por meio da ligação hidroviária da cidade ao distrito Formoso e rio Corrente, contemplados no artigo 22 desse mesmo PDU.

Quanto ao direito de preempção do município, presente no artigo 38, não foi encontrado nenhum registro de que essa ferramenta, prevista no PDU, tenha sido utilizada para beneficiar os moradores do bairro Beira Rio, cujas necessidades básicas contribuem ainda mais para acentuar o alto grau de segregação socioespacial e ambiental presentes nessa área de estudo.

A regularização fundiária dos imóveis ganha respaldo no Art. 41 do PDU, onde consta, entre outras exigências, que não terão direito à regularização aqueles que estiverem ocupando áreas de risco para a vida humana ou ambiental, de acordo com o parecer do órgão municipal competente.

No caso do bairro Beira Rio não houve tal regularização, levando-se em conta a dificuldade do órgão municipal competente em emitir um parecer favorável a ocupação humana em áreas comprovadamente de risco para os moradores, haja vista a constatação de que o bairro em voga está sujeito a alagamento, por conta das cheias do rio São Francisco, bem como pela drenagem das áreas a montante, que provoca o transbordamento da lagoa Beira Rio. Ainda não houve a regularização dos terrenos, mas já se iniciou uma tentativa de urbanização do bairro, conforme pode ser verificado nas fotografias a seguir (Figuras 24 e 25).



Figura 24: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando a tentativa de urbanização do local

Fonte: acervo do autor

Na Figura 24 foi feito o registro que ilustra a construção de uma quadra poliesportiva escolar coberta, que ainda não foi inaugurada, mas caracteriza, de forma clara, a tentativa de urbanização do bairro.



Figura 25: Imagem representativa do bairro Beira Rio, evidenciando mais uma vez a tentativa de urbanização do local

Fonte: acervo do autor

Outro registro fotográfico (Figura 25) que caracteriza a presente tentativa de urbanização do Beira Rio, dessa vez com a construção de uma Creche Pré Escola do Programa Pró-infância Padrão.

No Art. 52, foram criadas as ZEIS, zoneamento no qual foi enquadrado o bairro objeto de estudo. Porém, o parágrafo 1º do artigo em voga preconiza que na impossibilidade de regularização das áreas ocupadas, por motivos ambientais ou de segurança a vida humana, o Poder Executivo deverá realocar as ocupações para áreas mais próximas, dentro do perímetro urbano proposto, e nesse caso a área não deverá mais ser ocupada. Ou seja, não houve cumprimento desse artigo no enquadramento do referido bairro na ZEIS, negligenciando tanto a segurança de vida dos moradores, como os impactos socioambientais advindos das ocupações irregulares.

Ora, sendo o Plano Diretor Urbano um documento elaborado de forma participativa, conforme anseios da sociedade ali representada e tendo sido o PDU aprovado na Câmara de Vereadores, com força de lei, e sancionado pelo Prefeito Municipal considerando a intitulação do referido PDU como um Instrumento normativo da política de desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável do município, o mínimo que poderia se esperar era o cumprimento do que foi decidido e aprovado no documento em questão.

Infelizmente, a realidade encontrada é bem diferente do que estava pactuado e regulamentado no PDU, a começar pela falta de conservação dos ecossistemas e recursos naturais, levando em conta que não foi encontrado durante a investigação documental nenhum projeto ou programa que tenha sido implantado com essa finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desenvolvido, foi possível diagnosticar que há no município espaços que são segregadas de acordo com fatores específicos. Consciente ou não dessa realidade, a Lei Complementar n. 001 do dia 02 de fevereiro de 2010, aprova o Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa, que preza por uma gestão participativa e voltada para a redução da desigualdade social, bem como, entre outros princípios, a conservação dos ecossistemas e recursos naturais, que traz em seu Art. 5º inciso II a necessidade de "promover o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis, contemplando a equidade social, a melhoria da qualidade de vida, e a conservação e valorização dos recursos naturais e culturais" (BOM JESUS DA LAPA, 2010, p. 3).

Essa pesquisa teve a intenção maior de analisar a abrangência e o alcance dos objetivos do Plano Diretor Participativo. Especialmente pelo fato de que esse empreendimento social não depende apenas da boa vontade política, mais se faz necessária uma ação conjunta entre todos os agentes responsáveis pela produção do espaço. Porém, tal ação ainda esbarra em problemas de ordem econômica, como um orçamento municipal incapaz de suprir tais necessidades, além de todos os conflitos que permeiam as políticas públicas já abordadas nesse trabalho.

Pudemos observar que no município de Bom Jesus da Lapa, um dos fatores que mais contribuiu para a diferenciação social e espacial foi exatamente a não efetivação dos planos urbanísticos ou desenvolvimentistas projetados para a cidade. Vários trabalhos foram elaborados, onerando gastos públicos, mas não foram efetivados. Pragmaticamente alguns foram iniciados, mas não concluídos.

Não podemos afirmar como estaria Bom Jesus da Lapa se os planos tivessem se realizado, entretanto podemos pensar o último plano e realizar algumas projeções. Como verificamos, o problema não está somente durante a construção dos planos, mas também na gestão dos mesmos pelo poder público. Como definição de gestão, fundamentamos a de Souza (2002, p.46), que afirma que "a gestão é a efetivação, ao menos em parte (...), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir", o que impele um cuidado em observar a aplicação das diretrizes expostas no Plano Diretor que foi parte de nosso objeto de estudo.

Já se passaram sete anos da data de publicação da lei de aprovação do Plano Diretor Participativo e poucas das diretrizes nele estabelecidas estão se realizando

efetivamente. Da mesma forma, as ações públicas e particulares interferentes no espaço urbano não estão sendo pautadas nas diretrizes do Plano Diretor.

Na esteira deste contexto temos a recente história de Bom Jesus da Lapa que, particularmente, demonstrou um fator relevante para a não efetivação dos planos elaborados para a cidade, qual seja o fator político. A descontinuidade de projetos e interesses entre uma administração e outra faz com que obras e programas iniciados sejam ignorados na gestão seguinte, sendo priorizados novos projetos, conforme o entendimento da nova gestão, tornando o PDU uma concha de retalhos, sem cumprimento e efetivação dos estudos e planejamento previstos no referido documento.

Portanto, o que prevalece não é o planejamento urbano ou o cumprimento do Plano Diretor e sim o programa de campanha do prefeito eleito. As promessas de campanha não são adequadas ao planejamento urbano pré-estabelecido e sim o planejamento é adequado aos programas de campanha do candidato eleito e de seu partido. O resultado é o prevalecimento da “indústria” de planos diretores e descontinuidades graves de sua execução. Com vista nessa realidade, procuramos realizar uma avaliação geográfica da organização espacial de Bom Jesus da Lapa numa linha de tempo a partir dos primórdios de tentativas de planejamento, visando compreender as contradições desse espaço urbano à luz do planejamento municipal.

Conforme observado no referencial teórico e constatado na prática após a avaliação dos instrumentos de planejamento urbano objetos desse estudo, não há um planejamento para os rios e bacias hidrográficas, mesmo com a existência do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PBHRSF), que, embora elaborado em 2003, ou seja, em período anterior à aprovação do PDU (2010), não foi devidamente contemplado neste último instrumento, ainda que o município faça parte do contexto da citada bacia.

Para que se alcance uma maior compatibilização do PDU com o PBHRSF é necessária uma articulação política e de gestão entre a prefeitura e o comitê, na qual, arranjos institucionais possam ser alcançados por meio das prioridades locais e regionais, facilitando o planejamento e a execução das ações previstas.

Esse estudo proporcionou um importante avanço no sentido de diagnosticar a segregação socioespacial na cidade a ponto de podermos afirmar que as contradições encontradas no espaço intra-urbano de Bom Jesus da Lapa são de responsabilidade do poder público municipal, porém, não somente desse, mas o papel desse agente é extremamente marcante.

Fator relevante para esse estudo é a mutabilidade do espaço urbano decorrente das necessidades da sociedade e das mudanças nos tipos de uso do solo. No acompanhamento empírico, nos ficou clara a falta de comprometimento com algumas necessidades da população. Daí a importância de um trabalho que relacione o espacial produzido com o social existente. Muitas questões foram levantadas quanto aos problemas socioespaciais e ambientais no município e, principalmente, no bairro

objeto de estudo.

Nosso objetivo, ao realizar a visita *in loco*, era avaliar visualmente a hipótese de que os instrumentos de planejamento urbano estão, na verdade, promovendo a segregação do bairro e de sua população. Contudo, nos deparamos com uma realidade ainda mais preocupante, quer se pense nos impactos ambientais provocados pela presença da lagoa e seu acúmulo de efluentes, quer seja pelo risco de vida da população ocupante de uma área de risco iminente de inundação, fato já abordado e comprovado, ou ainda se considerarmos as condições de infraestrutura e segurança que favorecem a alta criminalidade, conforme documentam os registros de ocorrência.

Acreditamos, portanto, ser um tanto quanto idealista supor a concretização de todas as diretrizes estabelecidas nesse último plano. Contudo, deveriam prevalecer os interesses da maioria sobre os de uma minoria.

Para o cumprimento do último objetivo específico, iremos propor algumas ações de convivência com o rio São Francisco e possíveis melhorias para o bairro Beira Rio:

- a) Criação de um Parque Municipal próximo a planície de inundação do São Francisco, com o intuito de contribuir com a preservação do rio e propiciar aos moradores um espaço de lazer, de onde poderão ser contempladas as paisagens naturais, bem como a realização de programas de educação ambiental, com a finalidade de agregar conhecimento sobre os recursos naturais aos estudantes e as pessoas mais carentes que moram em locais de risco ou próximo as margens do rio;
- b) Recuperação das áreas de preservação permanente, por meio de revegetação e quando for o caso a recuperação de áreas degradadas que possam agravar o assoreamento do rio;
- c) Quanto ao bairro Beira Rio será proposto um estudo mais detalhado sobre a situação de risco dos moradores, ponderando em bases técnicas as possibilidades de concluir a urbanização (devendo implantar com brevidade o saneamento básico) ou retirar algumas ocupações irregulares e que oferecem maiores riscos aos moradores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, L. L. (org). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. cap. 3.
- ALMEIDA, L. Q. de; CARVALHO, P. F. de. **A negação dos rios urbanos numa metrópole brasileira**. Rio Claro, 2007.
- ALVIM, A. T. B.; BRUNA, G. C.; KATO, V. R. C. Políticas ambientais e urbanas em áreas de mananciais: interfaces e conflitos. **Cadernos Metrópole**, n. 19, 2008.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. 1998
- ARAÚJO, S. M. V. G. de. **As áreas de preservação permanente e a questão urbana**. 2002.
- BARBOSA, A. **Bom Jesus da Lapa: antes de Monsenhor Turíbio, no tempo de Monsenhor Turíbio, depois de Monsenhor Turíbio**. Rio de Janeiro: Jotanesi Edições, 1995. 562p.
- BASTOS, Z. A. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE BOM JESUS DA LAPA**. 1977.
- BOM JESUS DA LAPA. Lei Complementar n. 001, de 02 de fevereiro de 2010. Aprova o Plano Diretor Urbano de Bom Jesus da Lapa Estado da Bahia. **Diário Oficial do Município**, 11 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.bomjesusdalapa.ba.io.org.br>> Acesso em: 22 jan. 2016.
- BRAGA, R. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, P. F. de; BRAGA, R. (orgs.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. pp. 95 a 109.
- BRASIL, Constituição Federal, de outubro de 1988. **Publicada no Diário Oficial da União em**, v. 5, 5.
- CALDAS, N. M. P. **Os novos instrumentos da política urbana: alcance e limitações das ZEIS**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP. São Paulo: 2009. Tese de doutorado.
- CARDOSO, A. L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. **Cadernos IPPUR**, v. 11, n. 1, 1997.
- CARVALHO, PF de; BRAGA, Roberto. **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109, 2001.
- CAZULA, L. P.; MIRANDOLA, P. H. Bacia Hidrográfica - Conceitos e Importância Como Unidade de Planejamento: um exemplo aplicado na bacia hidrográfica do Ribeirão Lajeado/SP - Brasil. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, n. 12, ano 7, nov. 2010.

CBHSF - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A bacia, principais características**. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>>. Acesso em: 11 mar 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4a ed. Petrópolis-RJ. Vozes, 2011

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA) **Oeste da Bahia: perfil regional; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)** - Série Cadernos CAR, 8. Salvador. out 1995.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA) - **Subespecialização regional Oeste da Bahia - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável** - Série Cadernos CAR, 23. Salvador. 1997.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

DE CASTRO, J. R. B. **Espaço e lugar sagrados em Bom Jesus da Lapa-BA: natureza e significados das romarias do Bom Jesus**. 2005.

ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005. **Espaço e lugar sagrados em Bom Jesus da Lapa - BA: natureza e significados das romarias do Bom Jesus**. Anais: Universidade de São Paulo, mar. 2005. CASTRO, J. R. B de.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, V, 2010, Florianópolis. **A relação entre Planos de Bacia Hidrográfica e Planos Diretores Municipais: análise de conflitos e interlocuções visando políticas públicas integradas**. Anais: Florianópolis, 2010. PERES, R. B.; SILVA, R. S. da.

ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR. 14., 2013. **Uma abordagem bibliométrica do estudo do planejamento urbano no Brasil nas décadas de 1990 e 2000**. 2013.

FARIA, G. G. de. **O município e a gestão das águas: interfaces e desafios**. Presidente Prudente: 2008. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de ciências e Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Geografia. 396p.

FARIA, G. G. de. **O município e a gestão das águas: interfaces e desafios**. 2008.

FERREIRA, J. S. W. **Os contrastes da mundialização: a economia como instrumento de poder em um sistema internacional excludente**. São Paulo: 1997. Tese de Doutorado.

FLORIANO, E. P. Planejamento Ambiental. **Caderno Didático**. nº 6, 1ª ed., Santa Rosa, 2004. 54 p.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES DO ESTADO DA BAHIA (FUNDESCO) - SECRETARIA DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL (SETRABES). **Plano de urbanização de Nova Brasília e Vietnã - Bom Jesus da Lapa**. v1. 1978.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES DO ESTADO DA BAHIA (FUNDESCO) - SECRETARIA DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL (SETRABES). **Plano de urbanização de Nova Brasília e Vietnã - Bom Jesus da Lapa**. v2. 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 dez 2016.

INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Anais: UNESB Bauru e SESC Bauru, 2005. FERREIRA, J. S. W.

LEFÈBVRE, H. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOBO, M. C. **A sinergia entre os planos de bacias hidrográficas e os planos diretores municipais**. 2014.

MALHEIROS, T. F., PHILIPPI-JUNIOR, A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. *Saúde Soc. São Paulo*, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7a ed., 3a reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santos;

ROSSBACH, Ana Claudia (Org). **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22.

MICEK, Pe. F. **Bom Jesus da Lapa**. 2ª ed. Bom Jesus da Lapa: Bom Jesus, 2006.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO (SUVALE). **Ante-Projeto para extinção da Favela de Bom Jesus da Lapa-Bahia**. Janeiro de 1975.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF. **Plano Diretor do Projeto Formoso. Volume 4 - Planos Diretores Urbanos. Tomo 1/6 - Bom Jesus da Lapa**. Consórcio ENERCONSULT - TRAGSA. Agosto, 1998.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. CODEVASF. **Plano Diretor do Projeto Formoso - Relatório Final, volume 4 - Planos Diretores Urbanos, tomo 1/6 - Bom Jesus da Lapa**. Ago 1998. Elaborado pelo Consórcio ENERCONSULT – TRAGSA).

MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 05 dez 2016.

MOTTA, R. S. da et al. **Uso de instrumentos econômicos na gestão ambiental da América Latina e Caribe: lições e recomendações**. 1996.

OSELLO, Marcos Antonio. **Planejamento urbano em São Paulo (1899-1961): Introdução ao estudo dos planos e realizações**. 1983. Tese de Doutorado.

PARK, R; BURGESS, E. **The city: suggestion for investigation of human behavior in the urban environment**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1967. (1a ed. 1925)

PORATH, S. L. et al. A paisagem de Rios Urbanos: A presença do rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau. 2004.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. O Solo criado como instrumento da reforma urbana. **Revista de Administração Municipal**, v. 39, n. 203, p. 36-47, 1992.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3a ed. 14 reimpr. São paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SCHMIDT, B. V. A modernização e o planejamento urbano brasileiro no século XIX. **Ensaios FEE**, v. 2, n. 1, p. 19-40, 1981.

SEGURA, T. V. **Bom Jesus da Lapa: resenha histórica**. 1937.

SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. CIDADES: TEMPORALIDADES E CONFLITOS - Uma perspectiva comparada da história da cidade, do projeto urbanístico e da forma urbana, V. **A formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895 - 1965**. PUC Campinas, 1998. LEME, M. C. da S.

SIGIP - Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial. 24^a Delegacia de Polícia Civil, Bom Jesus da Lapa. 2017.

SIMPÓSIO BRASILEIRO E SENSORIAMENTO REMOTO - SMSR, IV. **Imagens do Google Earth para fins de planejamento ambiental: uma análise de exatidão para o município de São Leopoldo/RS**. v. 1, p. 1835-1842, 2009. OLIVEIRA, M.Z. de et al.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 145 p.

SOUZA, R. C. de A.; SPÍNOLA, C. de A.; ALMEIDA, E. P. (orgs.). **Rio São Francisco: ocupação territorial: problemas socioambientais: desafios e possibilidades**. Salvador: Unifacs, 2012. 160p.

TORRES, H. da G. et al. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos avançados 17 (47), 2003.

TRIVINÓS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCCI, C. E. M.; PORTO, R. La L.; BARROS, M. T. D. Drenagem urbana. In: **Drenagem urbana**. ABRH/UFRGS, 1995.

TUCCI, C. E. M.; SILVEIRA, A. **Gerenciamento da drenagem urbana**. Porto Alegre, 2001.

TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. Rima, 2003.

UFC ENGENHARIA LTDA. Elaboração de projeto básico para a requalificação e valorização ecológica e funcional do entorno do morro da gruta. CD. Segunda entrega, Financiamento: Diocese de Bom Jesus da Lapa. Jun. 2009.

ULTRAMARI, C.; FIRMINO, R. J.; SILVA, S. F. P.

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. GRASSI, D. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. CARDOSO, A. L. (org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da Terra**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

SOBRE O AUTOR

João Bosco da Silva Junior - João Bosco da Silva Junior nasceu em Bom Jesus da Lapa – BA no dia 09 de março de 1976, obteve formação técnica em Contabilidade pelo Colégio Cenesista Frei Francisco da Soledade no ano de 1993, em Bom Jesus da Lapa. Graduiu-se em Engenharia Agrônômica na modalidade Bacharelado pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em Juazeiro no ano de 2004; foi Assessor Técnico do Gabinete do Secretário, Coordenador da Região Oeste da Bahia e Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA de São Desidério, cargos vinculados a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, exercidos de janeiro de 2007 a abril de 2009; foi Secretário do Meio Ambiente do Município de Barreiras de abril de 2009 a janeiro de 2013; possui formação complementar em nível de Especialização em Gestão Sustentável dos Recursos Naturais do Cerrado, em Barreiras no ano de 2013; foi bolsista de Mestrado da FAPESB, com vigência de 01/04/2015 a 31/08/2016, tendo como Orientador o professor Doutor Paulo Roberto Baqueiro Brandão, da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), tendo concluído seu Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) em 2017. Possui curso de Perícia Judicial e Ambiental. Hoje trabalha como Consultor Ambiental para municípios e empresas privadas, bem como ministrando cursos na área de meio ambiente.

 **Atena**
Editora

2 0 2 0